



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 19 - Nº 351 - DE 07 A 21 DE JANEIRO DE 2008 - R\$ 2,00

## Conferências Regionais do POR:

### **Internacional:**

- **A ofensiva intervencionista dos EUA**
- **A crise capitalista e suas contradições**
- **Manifestações da crise na América Latina**
- **A luta das massas: rebelião das nacionalidades oprimidas e luta das massas na Europa e AL**
- **A importância da luta do POR boliviano**
- **A tarefa de construir o partido mundial (IV Internacional) e as seções em cada país**

### **Nacional:**

- **A crise política e disputa interburguesa**
- **A estatização das organizações de massa**
- **A cisão da CUT, a disputa interburocrática e a necessidade de varrer com a burocracia**
- **A carência de independência das massas diante do governo e das frações burguesas**
- **As bandeiras antiimperialistas e anticapitalistas**
- **A tarefa de construir o partido operário revolucionário**

## Conferências Regionais do POR

O POR realiza em janeiro suas conferências regionais. As conferências regionais fazem uma avaliação política da conjuntura, realizam balanços organizativos e políticos da intervenção em cada regional e tomam resoluções organizativas para avançar na construção do partido. Publicamos abaixo textos sobre a conjuntura internacional e nacional, que sintetizam a elaboração política coletiva realizada nos últimos meses, traduzida em artigos do jornal Massas. E textos de avaliação política das regionais de Ceará e Rio Grande do Norte, que constituem um avanço na construção do partido nessas regiões, na medida que respondem aos problemas políticos regionais colocados.

### Principais pontos de discussão sobre a situação internacional

1. Crescem as tendências bélicas do capitalismo. Os Estados Unidos se potencializaram no período entre e pós-guerras mundiais, sob a égide do capitalismo na sua fase imperialista. Constituíram um vasto domínio, de forma que não há conflito em que sua presença não seja determinante. A longa guerra contra o Iraque, a ocupação do Afeganistão, as ameaças constantes ao Irã, os ataques israelenses/EUA sobre o povo palestino, os bombardeios israelenses no Líbano, os choques entre turcos e curdos e os conflitos internos alimentados pelos EUA no Paquistão sinalizam o caminho para um conflito bélico de maiores proporções. A convulsão no Paquistão, que resultou nesse momento no assassinato da ex-1ª ministra Benazir Bhutto, é provocada pelo controle dos EUA, que procuram afastá-lo dos demais países islâmicos. O imperialismo se utiliza das divisões internas e arma uns contra os outros para exercer seu domínio. As ocupações militares e os massacres mostram para os explorados do mundo a barbárie imposta pelas potências aos povos oprimidos. Os EUA, para garanti-

rem sua hegemonia, dependem de suas multinacionais controlarem as fontes de matérias-primas e, particularmente, o fluxo do petróleo. Para isso, está obrigado a passar por cima das fronteiras nacionais dos países que fornecem a matéria-prima e que pretendem exercer a soberania. As tendências bélicas do capitalismo mundial se manifestam assim por todos os lados. O recente plano dos EUA de instalar bases antimísseis na Europa Oriental serviu de pretexto para o governo russo suspender o Tratado de Controle de Armas Convencionais, assinado com os EUA em 1990. O governo Russo anunciou que irá desenvolver novos complexos nucleares e remodelar o exército. O Japão se rearma sob o argumento do perigo nuclear representado pela Coréia do Norte. A China impulsiona um programa militar para fazer frente à hegemonia marítima dos EUA. Cresce a instabilidade mundial, que se julgava equacionada com o fim da guerra fria e com o processo de restauração capitalista nas economias estatizadas. A supremacia militar dos Estados Unidos é total, mas não consegue impor a derro-

ta e ocupação definitiva do Oriente Médio (Iraque, Afeganistão, Palestina, Irã, Paquistão). O crescimento econômico da China, Índia, as tensões entre a Coréia do Norte e Japão e interesses da Rússia nos países de fronteira com o Mar Negro são problemas e contradições que não podem fugir do controle da maior potência econômica e militar, os Estados Unidos. A deterioração econômica alimentará as tendências bélicas mundiais.

2. Outra característica da situação mundial é o acúmulo gigantesco de capital financeiro, sem possibilidade plena de aplicação na produção, o que potencia o mercado especulativo. A burguesia financeira está obrigada a manter a lucratividade artificial e buscar aplicabilidade onde as taxas de juros são mais compensadoras. Está aí uma das contradições do sistema capitalista, que é materializada na contradição entre o volume de capital especulativo e a produção de mercadorias. Inverter essa lógica significa alimentar a crise de superprodução, com conseqüências igualmente nefastas para o capital. O



Greves na Europa e resistência no Oriente Médio marcaram o ano

acúmulo de capital parasitário, fonte de crises constantes, é um dos sintomas da desagregação do capitalismo.

3.O aumento das fusões bancária e industrial, conformando gigantescos conglomerados, elevam a concentração de capital. As fusões não indicam estabilidade da economia mundial. A aparente fortaleza que representam as fusões tem por detrás a impossibilidade de transformar a potencialidade das forças produtivas em equilíbrio econômico e social. A concentração de capital e da produção atingiu níveis tão altos que poucos monopólios dominam o comércio de mercadorias e de moedas. Os Estados imperialistas não fazem senão responder aos interesses das corporações multinacionais. O Estado imperialista e o capital multinacional se soldam e determinam a “participação” dos países semicolônias na divisão internacional do trabalho. As relações de produção e distribuição privadas sob o controle dos monopólios estão nas raízes da debilidade das fusões/corporações. As forças produtivas altamente desenvolvidas se acham em choque com a propriedade privada monopolista e a situação de miséria das massas mundiais.

4.Os Estados Unidos, que detêm a maior fatia no mercado mundial, estão imersos num impasse sem precedentes. O maior exportador e importador do globo carrega um déficit crescente na balança comercial e tem a maior dívida pública, boa parte financiada com empréstimos externos. Na última década, o capitalismo mundial teve um crescimento médio considerado positivo pela burguesia. O que não fez senão preparar uma nova etapa de crise. É o que indica o desastre do setor imobiliário nos EUA. A recente crise se estendeu aos mercados financeiros da Europa e Ásia e só não teve maiores conseqüências devido à intervenção direta do governo norte-americano e dos bancos centrais europeus. Os capitalistas contornam essa crise econômica da mesma forma que fizeram nas demais crises, desde a de 1987, passando pela do México, Argentina, Leste Asiático etc, utilizando mecanismos artificiais (liberação de recursos pelos Bancos Centrais etc) e descarregando sobre as massas. O grande acúmulo de capital permite a burguesia destruir parte de riquezas. Mas não po-

dem evitar as pressões recessivas. Na base do capital financeiro parasitário, do jogo especulativo, do incentivo artificial ao crescimento econômico e da crise que se manifestou está a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção monopolistas. A distância entre o crescimento especulativo e o produtivo tende a se aprofundar, tornando-se fonte de crises constantes, abruptas e mais duradouras. Por mais que as potências tenham pressionado para a abertura de mercados e por mais que a restauração capitalista na ex-URSS, Leste Europeu, China tenha facilitado a expansão do capital, as forças produtivas não puderam avançar de acordo com as possibilidades do capital acumulado. Pelo contrário, agigantou-se ainda mais o capital financeiro e recrudesciu o poder dos monopólios. A crise financeira se converterá em crise da indústria e do comércio. O que repercutirá violentamente sobre a vida da classe operária e da maioria oprimida. Os capitalistas se vêem obrigados a aumentar ainda mais a taxa de exploração e a destruírem maciçamente postos de trabalho. Trata-se, portanto, de manifestação conjuntural da crise estrutural do capitalismo.

5.As economias latino-americanas, que sofreram o impacto da política do Consenso de Washington, foram conduzidas de acordo com a orientação das instituições financeiras imperialistas. Os serviços públicos sofreram cortes drásticos de recursos, parte deles privatizada, as estatais entregues ao capital multinacional e as relações de trabalho se tornaram mais precarizadas. Quase duas décadas de sangria das economias nacionais para potenciar o superávit fiscal, condição para o pagamento das dívidas interna e externa. Os resultados foram penosos para os países e para as massas exploradas. Nos últimos 5 anos, em função do reanimamento do mercado mundial, a América Latina ampliou suas exportações, o que permitiu a existência de uma balança comercial positiva, fator importante para o cumprimento do superávit fiscal, para a constituição de uma reserva cambial e saldar dívidas com o FMI. Em grande medida, os resultados positivos da economia servem aos interesses das multinacionais, do grande capital nacional e do capital financeiro. Ao contrário, os feitos econômicos não ame-

nizaram a pobreza que atinge grandes contingentes da população latino-americana. As desigualdades persistem, o desemprego é violento e as condições de vida para a maioria explorada pioraram. A conjuntura da economia mundial tem permitido o ressurgimento de governos de caricatura nacionalista, desenvolvimentista e populista. A propaganda de que se tem colocado a economia desses países na rota do desenvolvimento nacional, sustentável e de inclusão social está na dependência do movimento que fazem as potências em meio à crise que se manifestou em julho nos EUA. O fato é que esses governos de fachada nacionalista protegem a propriedade privada dos meios de produção, mantêm as forças repressivas e são de obediência às orientações gerais dos organismos financeiros imperialistas. O capitalismo mundial, altamente concentrado e centralizado pelas potências, não permite a concretização de um programa nacional-reformista nas semicolônias. O capital imperialista se acha profundamente enraizado nas semicolônias e as riquezas nacionais, em grande medida, estão sob seu controle. Os governos tidos nacionalistas se mostram impotentes diante do poderio do capital financeiro e das multinacionais. Esses governos temem a ação das massas exploradas contra a propriedade monopolista. Isso não quer dizer que não possam atrair com o imperialismo e seus porta-vozes internos. Mas o fundamental é que são governos burgueses. A política do partido revolucionário é de total independência frente a esses governos e de defesa dos métodos e do programa da revolução proletária. A estratégia de derrocada do imperialismo e das burguesias nacionais é a dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

6.A Bolívia é o país mais amadurecido para a revolução proletária, porque conta a presença do POR boliviano. O caudilho Evo Morales despertou ilusões na esquerda. O PO argentino chamou o voto no caudilho. O PT recorreu ao cretinismo parlamentar da Constituinte. Confirmou a tese porista de que o governo do MAS, por seus atos, por sua adesão à política das multinacionais, das empresas e dos conglomerados capitalistas mais poderosos, por sua submis-

são servil à política de Chávez e Fidel Castro, que não se atreve a tocar na propriedade privada para transformá-la em social, é um governo burguês, incapaz de combater a burguesia imperialista e os grandes empresários bolivianos. Os acontecimentos comprovaram que a Constituinte do MAS garante a propriedade privada em todas suas dimensões, junto com os restos da propriedade comunal indígena. A oposição de direita, que é expressão da decadente burguesia nativa, trava um combate ao governo Evo, apesar deste jurar respeitar a vigência do regime burguês. Atuando por meio dos Comitês Cívicos, a direita empurrou as massas urbanas como bucha de canhão da burguesia fascista. Essa disputa entre o governo e a Oposição, pelo controle dos recursos do Estado, é alheia à luta dos explorados e comprova a falácia do governo de que é possível resolver os problemas dos oprimidos pela via do entendimento com os exploradores. A tese do POR é a de que a burguesia deve ser derrotada pela via insurrecional com uso da violência revolucionária, violência exercida pelas massas contra os exploradores. A conspiração direitista deve ser derrotada nas ruas e, para isso, é preciso passar por cima do reformismo do MAS, que desarma os explorados e os conduz à derrota. Por isso, o POR conclamou: “nada de se deixar arrastar pelo jogo burguês do enfrentamento chauvinista entre regiões, a luta é dos explorados contra os exploradores”. A nacionalização do gás e das riquezas minerais ditada por Evo nada teve a ver com a estatização e expropriação das multinacionais do país. Apenas foi usada para barganhar algumas vantagens para a burguesia nativa. Desde a primeira hora, enquanto toda esquerda festejava o triunfo do MAS ou se mostrava vacilante em caracterizá-lo como servil ao grande capital, o POR demonstrou seu conteúdo de classe e seu papel de trava à revolução proletária. O objetivo do proletariado e do partido revolucionário é sepultar o capitalismo, a propriedade privada e levantar a sociedade comunista alicerçada na propriedade social dos meios de produção.

7. Diferentemente da Bolívia, a Venezuela carece de um partido revolucionário. Chávez diz que implanta em seu país “a revolução bolivariana”, o “socia-

lismo do século XXI”, que diz ser a transformação econômica, política e social de forma pacífica. Derrotou a Oposição burguesa, que protagonizou o golpe de 2002, mas não conseguiu quebrá-la como agente do imperialismo. Chávez elaborou modificações na Constituição e, sob a pressão oposicionista, a submeteu ao referendo, instrumento da democracia burguesa. A Oposição ganhou o apoio da Igreja e setores da classe média, em particular dos estudantes, e travou um combate que levou à derrota de Chávez no referendo. A Reforma Constitucional se concentrava no fortalecimento da presença do Estado em setores da economia considerados estratégicos pelo nacionalismo. Não propunha expropriar o grande capital nacional e multinacional e conservava intacto o capital financeiro, pretendia apenas estabelecer disciplina estatal. O nacionalismo chavista se mostra limitado diante da pressão dos capitalistas. Está voltado apenas a assegurar alguns benefícios às camadas pobres, a realizar uma reforma agrária ultra-limitada, a estabelecer a co-gestão às empresas declaradas falidas e maior controle estatal na produção petrolífera. O que vale dizer que a economia venezuelana continua determinada pelo grande capital nacional e imperialista. A ausência do partido da classe operária faz com que os oprimidos permaneçam sob o controle político e burocrático do governo. Setores empobrecidos da classe média estão sendo arrastados pela oposição direitista. A tarefa de construção do partido da revolução proletária, para impor o socialismo, é a única via para pôr fim aos conflitos burgueses em torno do Estado.

8. A situação em que vivemos conduz a duas vias: a) a do capital, que é a de amenizar os efeitos com medidas que agudizam a contradição fundamental, que é a incompatibilidade entre as forças produtivas e as relações monopolistas de propriedade; b) a do proletariado, que é de protagonizar a luta de classes. O problema está em que a classe operária desorganizada e controlada pela política burguesa não pôde ainda liderar um movimento contrário ao intervencionismo bélico e econômico do imperialismo e desenvolver o programa da revolução socialista. A luta de classes internacional vem crescendo. As manifestações contra

a guerra imperialista no Iraque, a revolta dos palestinos contra a ofensiva de Israel, a retomada da guerrilha dos Talebans no Afeganistão, a guerra que se trava nas ruas do Paquistão contra o governo, a greve geral na França contra as medidas de Sarkosy que destroem direitos e postos de trabalho, os conflitos constantes nas ex-repúblicas soviéticas, os protestos contra as leis repressivas aos imigrantes nos EUA e França indicam que cresce a revolta das massas contra seus governos e os embates à ofensiva bélica imperialista. Cabe aos revolucionários fazerem uma propaganda e agitação, ampla e sistemática, contra o intervencionismo bélico, apoiada nas reivindicações dos explorados. A resposta do proletariado tem de ser o Programa de Transição da IV Internacional. Este une as reivindicações mais elementares de salário e emprego com o programa socialista de destruição do capitalismo. Trata-se da vanguarda potencializar o programa da revolução proletária trabalhando no seio das massas com as bandeiras anti-imperialistas e anti-capitalistas.

9. As condições para construir o partido são favoráveis. Essa tarefa depende da assimilação do programa da IV Internacional e da militância revolucionária. A revolução social será materializada pelas massas exploradas, dirigidas pela classe operária. A direção política do proletariado é o Partido Operário Revolucionário. O objetivo é destruir a propriedade privada e erguer a sociedade comunista alicerçada na propriedade social dos meios de produção. A luta pela sociedade comunista não pode ser limitadamente nacional, tem de ser necessariamente internacional. Por isso, a luta pela revolução social tem de estar soldada ao trabalho de reconstrução da IV Internacional. A ausência do partido mundial da revolução proletária faz com que o imperialismo continue impondo massacres, guerras e barbárie social. Construir o partido-programa é a tarefa colocada, assimilando a experiência histórica do proletariado mundial e compreendendo a realidade nacional. O Comitê de Enlace de reconstrução da IV Internacional, que objetiva pôr em pé o partido mundial da revolução socialista, irá se potencializar com o avanço da construção dos partidos programados.

# Principais pontos de discussão sobre a situação nacional

1. Um ano após as eleições que deu vitória ao PT/Lula e de constituição de um governo de coalizão com o maior partido oficial, o PMDB, a crise política do primeiro mandato continua com o acirramento das disputas interburguesas. A derrota do governo na prorrogação da CPMF, depois de ceder ao máximo às exigências do PSDB/DEM e de garantir as promessas de cargos ao PMDB, expressa as dificuldades de centralização de sua própria base aliada. A Oposição tem como tática não permitir que Lula faça seu sucessor. A redução da margem de manobra assistencialista de Lula tornou-se uma necessidade para o PSDB/DEM. Tais frações da burguesia, juntamente com a Fiesp e a grande imprensa, pressionam o governo para que aprove medidas de cortes de despesas, dificulte ainda mais as aposentadorias, elimine direitos sociais, faça a reforma fiscal de redução dos encargos sociais, aplique com mais severidade a lei anti-greve e o arrocho salarial ao funcionalismo, que mercantilize cada vez mais a educação pública e que privatize as ferrovias e rodovias. Daí as dificuldades de governabilidade da coalizão PT/PMDB.

2. Uma das características do governo Lula é que não consegue centralizar as frações burguesas, embora administre o Estado em favor dos interesses gerais da classe capitalista. O mesmo ocorre com as instituições do Estado, a polícia e o Judiciário. O poder judiciário e a polícia, que em tese devem estar sob o comando do governo, ganharam certa autonomia política, de forma que favorecem os conflitos partidários no seio do Estado. Isso passou a ser um obstáculo ao andamento do governo Lula, que volta e meia é denunciado e se vê diante de novas regras de funcionamento do Estado. A particularidade da crise do governo está no fato do PT e do caudilho Lula não constituírem uma força orgânica da burguesia. Lula e o PT não nasceram do seio da classe burguesa. Traíram a confiança da classe operária e dos oprimidos. Para governar, Lula necessitou reduzir a influência de seu partido no Estado e dar poderes a uma aliança com partidos fisiológicos e oligárquicos, como o PMDB.

Mas isso não impediu que a luta pelo aparelho do Estado diminuísse entre a coligação (maioria parlamentar) e a oposição, nem mesmo dentro da própria coligação. A crise política do primeiro mandato de Lula se manteve, embora as condições econômicas se tornassem mais favoráveis para que pudesse fazer demagogia em torno do assistencialismo e do desenvolvimentismo. Conta também com a aliança da burocracia sindical (CUT e Força Sindical) na defesa da política governamental. A crise estrutural do capitalismo não possibilita a estabilidade de nenhum governo, mas não podemos desconhecer o momento favorável da economia aos capitalistas e as particularidades do governo Lula. Trata-se de um governo que influencia as massas não apenas por meio do Estado mas fundamentalmente pelo controle sindical e popular. Reconhecer essa particularidade é decisiva para a tática de desmascaramento de seu caráter burguês.

3. O governo Lula tem tido a seu favor os índices positivos de crescimento da economia, que têm favorecido os bancos, o grande capital industrial, os exportadores agrícolas e as multinacionais. Apóia-se no crescimento econômico, no impulso a determinados ramos econômicos para afastar-se da crise política. Procurou estancar a crise de corrupção, que envolveu o PMDB, não fez estardalhaço em torno da corrupção do PSDB de Minas Gerais, não denunciou os inúmeros processos de ladroagem promovidos pelo DEM e fez de tudo para conter os escândalos das ONGs e do mensalão, divulgados pela oposição burguesa. Mesmo assim, encontra dificuldades de impor o PAC e outras medidas. Por outro lado, as massas exploradas não se moveram pelas denúncias da Oposição burguesa ao governo. Milhões dependem do assistencialismo e outros milhões continuam iludidos com Lula e são controlados pelas direções dos movimentos popular e sindical. O fato é que os explorados são vítimas, porque recaem sobre eles os impostos, a destruição dos serviços públicos, a fome e a miséria. A luta contra os corruptos não se dá no terreno de disputa interburguesa (elei-

ções, parlamento, CPIs), porque aí a burguesia é hegemônica. Os explorados devem atuar com seus métodos e no seu campo de classe. A corrupção burguesa só pode ser eliminada por meio do programa da classe operária, que tem como estratégia o combate de conjunto ao sistema capitalista. Remoção e cassação de políticos corruptos não alteram as relações de promiscuidade que sustentam o Estado. As denúncias da podridão da política burguesa e de seu Estado servem para demonstrar o quanto a classe dirigente é decomposta e a necessidade de destituí-la de todo o poder. Os métodos da luta de classes são os únicos que poderão punir os corruptos, como os tribunais populares criados pelo movimento social.

4. As massas terão de sair em luta para evitar retrocesso em suas condições de existência. No primeiro ano de governo, as manifestações do funcionalismo público e dos estudantes das universidades ganharam projeção. Ocupações de Reitorias na USP e Federais expressaram resistência ao REUNI e às medidas privatizantes. A direção da UNE – PCdoB – atacou o movimento e defendeu abertamente a política educacional do governo. A Conlute – PSTU – não foi capaz de dar unidade nacional. O isolamento das ocupações e a não massificação facilitaram o uso da tropa de choque em várias universidades. Frente às tendências do funcionalismo de ir à luta, Lula procurou a via da regulamentação da lei anti-greve e só não foi às últimas conseqüências porque o STF, sob a pressão da Oposição burguesa, impôs a regulamentação contrária à greve. Houve algumas paralisações da classe operária, conduzidas pelas Centrais, em torno do apoio ao veto de Lula a Emenda 3, que escancara a precarização do trabalho. O MST realizou as jornadas de abril, ocupando terras, prédios públicos e marcha à Brasília, com intuito de pressionar o governo para que cumpra com as metas de assentamentos e recursos aos já assentados. Aumentou a criminalização e a repressão contra os camponeses sem-terra. Nenhuma lei repressiva contra os camponeses pobres foi removida

ou contestada nesses cinco anos de governo Lula. Em São Paulo, os professores protagonizaram manifestações contra o governo Serra, que impôs a SP-Prev e as avaliações de desempenho, com o objetivo de excluir parte do funcionalismo da previdência do estado e demitir os que não se ajustarem às metas estipuladas pelo PDE de Lula e de Serra. A burocracia dos metroviários se viu pressionada a realizar uma limitada greve pelas reivindicações, mesmo assim o governo do PSDB respondeu punindo com demissões das lideranças. Os bancários paralisaram os bancos estatais exigindo reposição salarial e garantia de conquistas. A burocracia cutista restringiu o movimento aos estatais e mutilou a unidade nacional do setor. Por outro lado, a resistência desses setores não pôde contar com a presença da classe operária. As campanhas salariais metalúrgicas foram abortadas pela burocracia sindical. O fato da grande maioria dos sindicatos operários estar nas mãos da CUT e da Força Sindical, apoiadoras do governo, dificultou que o proletariado saísse em luta e ocupasse um papel de destaque no combate às medidas patronais e governamentais e impusesse reajustes acima dos índices oficiais. A burocracia de esquerda (Conlutas e Intersindical) conduziram o movimento para o plebiscito pela anulação do leilão da Vale do Rio Doce, contra o pagamento da dívida externa, contra o aumento das tarifas e contra a reforma da previdência. Pretendiam atrair setores da CUT, que se posicionaram pelo plebiscito mas a favor somente da primeira questão. Tudo não passou de um fiasco. A burocracia da CUT boicotou e o PSTU e seus aliados procuraram realizá-lo, mas sem repercussão entre os explorados. A divisão em torno da cédula do plebiscito revela as disputas interburocráticas, que nada têm a ver com a vida dos explorados. Comprovou-se, mais uma vez, que esse tipo de plebiscito é uma forma distracionista, alheio às necessidades das massas e que não pode organizar a luta unitária do campo e da cidade contra as medidas governamentais. O primeiro ano do governo Lula, assim mesmo, foi marcado por resistência de uma parcela dos explorados e da juventude. A limitação ao movimento por parte da burocracia foi, sem dúvida, um

fator importante para o governo administrar as disputas interburguesas e evitar o aprofundamento da crise política. A tarefa consistia e consiste na convocação de assembléias e de uma plenária nacional para responder com a ação direta as reivindicações dos trabalhadores. A única possibilidade das massas ganharem força para se defenderem dos ataques capitalistas é a unificação e centralização das lutas. Combater a fundo as burocracias sindicais que impedem que as bandeiras dos explorados se choquem contra o governo. A independência do movimento social e de suas organizações frente ao governo é uma tarefa essencial. As reivindicações mais sentidas pelas massas (emprego, salário e direitos sociais) permitem unificar as lutas, ultrapassar os limites impostos pelas direções burocráticas e desenvolver a luta de classes.

5.O governo Lula cumpriu a promessa de “legalização” das Centrais Sindicais. Depois da derrota na Câmara, o Senado aprovou a emenda que garante o acordo de Lula com as burocracias sindicais. A legalização das Centrais não tem outro objetivo senão o de institucionalizá-las como braço estatal no manejo dos sindicatos e na aplicação da política de colaboração de classes. Em nome de acabar com a legislação intervencionista de Vargas, a burocracia reforça o intervencionismo. As burocracias galgaram postos no Estado e servem-se deles para subordinar o movimento sindical ao governo. A aprovação do reconhecimento significou o repasse de 10% do imposto sindical para as Centrais que estão dentro das normas estabelecidas pelo Fórum Nacional da Reforma Sindical. A burocracia das Centrais menores trataram de fundir os aparelhos para ter o direito à partilha do imposto. E o PCdoB recorreu à divisão e formação de um novo aparato. A legalização das Centrais e o farto dinheiro nas mãos dos burocratas permitirão negociações por cima das assembléias dos sindicatos. Trata-se de um passo para impor a reforma trabalhista, que amplia a redução de direitos. Os explorados devem continuar denunciando a trama armada pela burocracia para se apossar do imposto sindical e usá-lo contra a vida das massas. Exigir o fim da reforma sindical e trabalhista e de toda legislação repressiva, que impede a

livre organização e ação dos sindicatos. E defender que o reconhecimento das Centrais pelo Estado deve ser fruto da ação do movimento social e não da concessão do Estado por meio de negociações.

6.O PSTU apresentou como resposta à integração da CUT ao Estado a cisão e a formação de uma nova central, a Conlutas. Lançou uma campanha pela desfiliação da CUT e, onde dirige, filiação à Conlutas. Onde é oposição, restringiu à defesa de um plebiscito junto aos filiados dos sindicatos. Com isso, pretende arrancar do controle da burocracia da CUT os sindicatos, para em seguida, atraí-los para a Conlutas. O método do plebiscito não corresponde à democracia operária, que se apóia nas decisões coletivas e não nas individualizadas. O PSTU procura atrair parte do PSOL, vinculada à Intersindical, para a divisão da CUT. Trata-se de um divisionismo aparelhista, não é expressão da luta dos trabalhadores. A divisão em vários aparatos é política de burocracias, sejam elas de direita ou de esquerda. Próximo à legalização das Centrais, o PCdoB rompeu com a CUT e criou sua própria Central, uma forma de fugir ao comando do PT que controla a CUT e de se apossar do imposto sindical. A cisão dos estalinistas com os petistas é, portanto, puramente de ordem burocrático/financeira. Do ponto de vista político, estão juntos com os petistas para assegurar a governabilidade de Lula. Criaram uma central própria para praticar a colaboração de classes. O PSTU, ao liderar a divisão da CUT em nome de um pólo classista, não fez senão enfraquecer o combate à burocracia divisionista e estatizante. Frente à divisão estalinista da CUT, o PSTU não teve como questioná-la. Terá de se colocar no mesmo campo de disputa aparelhista do PCdoB. Por mais fechado que esteja o campo de atuação dos revolucionários nos sindicatos e Central, não se deve partir para a divisão que não expresse a ruptura das massas com a burocracia. O trabalho de constituição da fração revolucionária com um programa classista no interior da CUT e de seus sindicatos é a via para combater as burocracias traidoras.

7.A oposição de esquerda ao governo Lula, protagonizada pelo PSTU e PSOL compareceu como via eleitoral.



*Estudantes (na foto, USP) e bancários protagonizaram lutas contra medidas governamentais em 2007, e sofreram repressão*

O PSOL é um partido que nasceu do ventre do PT e não se desvencilhou do reformismo. O PSTU, que se submeteu à frente eleitoral com o PSOL em torno da candidatura de Heloisa Helena, representa a esquerda centrista, por não definir o programa da revolução e ditadura proletárias. O que faz oscilar entre o reformismo e posições proletárias. Isso explica o apoio eleitoral ao PSOL. Frente ao congresso do PSOL, o PSTU se posicionou pela aprovação da fusão da Intersindical com a Conlutas e a reedição da frente de esquerda eleitoral. O PSOL adiou a decisão num claro jogo oportunista e aparelhista. A Conlutas, para se fortalecer como aparelho, depende da fusão com a Intersindical. Por outro lado, a Intersindical corre o risco de se dissolver se permanecer isolada e indecisa quanto à reorganização do aparato. Há uma trava ao processo de fusão que é a disputa partidária entre PSTU e PSOL. O PSOL se constituiu como concorrente sindical e eleitoral do PSTU. O problema está em quem arrasta quem. O controle de sindicatos é decisivo para potencializar a política eleitoral dessas correntes, inclusive materialmente.

8.O combate à burocracia cutista e forçista é central. Não será levada adiante com a divisão da CUT e formação de novos aparatos. Essa linha do PSTU

não conduz à derrocada da política estatizante da burocracia. O problema fundamental está na direção dos sindicatos e da Central. Não se pode confundir a com os sindicatos e centrais. É um grave erro estratégico supor que a cisão e um novo aparato constituído à margem da maioria dos trabalhadores servirá de instrumento de luta pela independência e democracia sindicais. O caminho da divisão aparelhista enfraquece a ala esquerda do sindicalismo, dificulta o trabalho revolucionário no interior dos sindicatos burocratizados e alimenta confusão política e dispersão organizativa dos trabalhadores. Até o momento, a experiência tem demonstrado que o PSTU manobra em torno da fundação de uma nova central, tarefa essa deixada em aberto pelo Conat, que não aprovou estatuto e não elegeu a direção. A política de desfiliação da CUT tem levado a uma disputa aparelhista nos sindicatos, prejudicial ao combate à direção burocrática por meio do programa de reivindicações dos explorados e do método da ação direta. O chamado de desfiliação e o uso do método plebiscitário vêm incentivando o conservadorismo de setores dos explorados que não conseguem identificar o papel da direção sindical e o confundem com o próprio sindicato. Permanecem a defesa e a tarefa de

constituir frações revolucionárias nos sindicatos e na CUT. A constituição de uma única central, que funcione como estado maior da luta de classes contra a burguesia, continua sendo estratégica para a unidade e independência dos explorados frente à classe capitalista, seus partidos e seu Estado.

9.A tarefa é potencializar política e organizativamente o partido revolucionário atuando no seio das massas, defendendo as reivindicações que unificam os explorados e combatendo as burocracias sindicais colaboracionistas. O avanço na construção do partido-programa esbarra não só nas ilusões despertadas pelo democratismo reformista, mas também no aparato centrista do PSTU. Este tem conseguido aglutinar uma camada de militantes que se desprende do reformismo petista. O que torna obrigatório também o combate sistemático às posições do PSTU, sobre a base da experiência própria dos explorados. O desenvolvimento do centrismo, que oscila entre o marxismo e o reformismo, é um fato que exige do POR a aplicação da tática frentista. O POR trabalha por elaborar o programa da revolução proletária no Brasil. Essa é a fortaleza do partido revolucionário, que atua na luta de classe com o método do proletariado e a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

## Balanço Político da Regional do Ceará

1 – Governo burguês de Cid, continuísta dos governos cambéistas, é de ataque aos trabalhadores; descarrega a crise capitalista sobre os ombros dos assalariados. Mantém o arrocho salarial, corte de recursos e o favorecimento aos grandes capitalistas. Governo Cid (PSB) tem no PT, PSDB e no próprio PSB, seus principais sustentáculos. O PMDB, apesar do peso parlamentar maior que o PT, comparece como força política secundarizada nos rumos do governo. O Governo continua, na prática, a não enfrentar oposições nem no parlamento (exceções parciais aos PR e PDT com um deputado cada) nem nos movimentos sociais, uma vez que a CUT e os demais sindicatos, arrastados pelo PT/PC do B, dão sustentabilidade ao governo. O governo Cid não tem encontrado resistência para fazer aprovar seus projetos mais importantes (leis, orçamento etc). O Governo tem apostado ainda mais na militarização do estado para fazer frente à crescente escalada da violência urbana e da crise social. A implantação definitiva do Ronda do Quarteirão e sua ampliação de efetivos tem mostrado que a resposta ao problema da pobreza e da criminalidade, por parte do governo, continuará a ser a da violência policial. Por outro lado, os escândalos de roubo de armas na polícia, incontrolabilidade dos grupos de extermínio ligado aos altos escalões da polícia, etc tem demonstrado que o governo não consegue conter a podridão dentro da máquina do Estado. A saúde e a educação tendem a manter-se em crise. O governo prossegue a municipalização da educação, fechamento de escolas e manutenção das terceirizações e contratos temporários. A saúde pública estadual, por sua vez, depende em grande medida dos aportes do Governo Federal para não entrar em colapso.

2 – Aumentam as fricções entre o PSDB e o PT/PSB no Governo CID. Trata-se de uma disputa interburguesa. Interessa ao PSDB a luta por mais espaço no governo, controle sobre parte da máquina (justiça etc), arregimentação de prefeituras e/ou fortalecimento das que já estão sob seu controle a fim de acumular forças para a disputa eleitoral em 2008, passo fundamental para a tentativa de retomada da máquina em 2010. Tal pretensão tem levado a um aumento dos choques com o PT/PSB. A discussão na Assembléia Legislativa sobre o local onde se construiria um novo Centro de Feiras e Eventos foi o estopim para uma crise. O PSDB reclamou da falta de espaço, da recusa do governo em querer dialogar determinadas questões, da inacessibilidade ao Secretário de Governo, Ivo Gomes, e da dificuldade em serem recebidos por secretários petistas. Também o recente episódio da aprovação da CPMF no Senado constituiu mais um ponto de atrito como o PSDB que rebateu as críticas feitas por Cid Gomes aos senadores tucanos. A disputa interburguesa entre os partidos da base do governo levou também a uma crise interna no próprio PSDB. Ao passo que os parlamentares faziam críticas ao Governo, os Secretários Bismark Maia e Marcos Cals saíram em defesa do governo ou minimizaram os ataques. O senador tucano Tasso Jereissati, um dos responsáveis pela entrada do PSDB no governo, teve de intervir e buscar um entendimento com Cid. O governo necessita do PSDB que possui a maior bancada na Assembléia Legislativa e concedeu a este duas importantes secretarias de governo (Justi-

ça e Turismo), todavia não pode deixar o PSDB atuar sobre a máquina com demasiada influência, como nos governos anteriores cambéistas, o que faz da relação com o PSDB uma relação instável e que pode evoluir para uma ruptura com o governo. PT e PSB, os elementos mais estáveis do governo, tendem a manter um bloco para fazer frente às pressões dos tucanos, ao mesmo tempo em que procuram não deixar o PSDB afastar-se da gestão Cid.

3 – Da CUT aos demais sindicatos estaduais de servidores, predomina a estatização das entidades. As teses do POR de que o Fórum das entidades dos servidores estaduais, composta de cerca de 40 sindicatos e associações, e sua mesa central de negociação seriam de engessamento da luta tem se confirmado. O governo não negocia com nenhuma entidade que esteja fora do tal Fórum e exige que este tenha uma clara hierarquia, aprove estatutos e deixe de ser uma frente única de sindicatos para negociar com o Governo. A mesa de negociação permanente a que o POR chamava de '*mesa de enrolação permanente*', mostrou ser uma completa farsa. Tais entidades não permitem a democracia sindical (assembléias unificadas dos servidores, aprovação de uma pauta de reivindicações e um plano de lutas etc). O Governo do Estado tem pretensões de ampliar ainda mais a estatização sobre as entidades por meio do cadastro destas para a obtenção das consignações (desconto em folha da contribuição sindical do servidor filiado para repasse às entidades). O Governo exige que estas entreguem todos os seus dados, incluindo dados pessoais de todos os diretores das entidades. Tem-se ampliado os atritos entre o funcionalismo e o governo. Em certa medida tal atrito tem obrigado a própria burocracia sindical a fazer críticas, ainda que tímidas, a este. O episódio das consignações (que provocou um protesto surdo e impotente das burocracias no Fórum), do reajuste salarial, dado em julho (de apenas 3,5% em média para todos os servidores e diferenciado de 7% para educação e segurança) e principalmente as greves da Polícia Civil, dos delegados e dos professores da UECE foram exemplos desse choque. No caso da greve da polícia civil que durou mais de 40 dias, as bases obrigaram as direções a encaminharem a greve contra a sua vontade e, conjuntamente com a greve dos delegados, ajudaram a estes setores dos servidores a superarem suas ilusões com o Governo Cid/PT/PSDB. A greve da polícia teve também efeitos sobre o próprio Fórum, já que este se dividiu entre as burocracias que defendiam um maior confronto com o governo, sem, todavia deixar de apoiá-lo, e a aquelas mais governistas que defendiam apenas o diálogo com este. A greve da UECE que reivindicou melhores salários por meio do PCCSV (plano de cargos, carreira, salários e vencimentos) foi a primeira greve dos docentes do ensino superior contra o Governo Cid, que havia prometido, quando candidato, resolver o problema do plano de carreira da Universidade Estadual. Tais greves demonstram que parte do funcionalismo tem disposição de enfrentar-se com Cid para defender suas reivindicações mais sentidas. O próximo ataque do governo aos servidores estaduais com a implantação do ISEC (Instituto de Saúde dos Servidores do Estado – plano de saúde que possibilita privatizar o atual IPEC), tende a encontrar uma maior resistência.

4 – A vitória do ex-prefeito de Quixadá, Ilário Marques, a partir de uma ampla coalizão interna de correntes petistas (DS, TM, Articulação de Esquerda, e vários nomes do PT estadual: Luiziane Lins, Dep. Raquel Marques, Dep. Artur Bruno, Íris Tavares) contra o candidato da Democracia Radical (Joaquim Cartaxo), ligado ao Dep Federal José Nobre Guimarães representará uma maior pressão para que o PT ganhe espaço no Governo. A Ala de Guimarães/Cartaxo que foi a responsável pelas alianças do PT em 2006, defende uma completa integração do PT ao estado e um arco de alianças mais amplo com os partidos burgueses. A dissolução da bancada petista no bloco PT-PSB-PMDB, representou que o PT não atuaria como bancada livre, mas adaptada ao restante bloco do governo. A vitória de Ilário, não significa nenhuma possibilidade de atuação independente do PT em relação à gestão estadual, de críticas a esta, e muito menos da defesa da saída do PSDB do governo. Significa apenas que o PT manterá uma maior independência, em relação aos aliados (PMDB, PSB) para disputar maior espaço no governo visando as eleições de 2008. A vitória apertada dos opositores (7.277 votos contra 7.217) e a contestação do resultado do PED (processo de eleição direta), feita pela DR no Diretório Nacional significam que as pressões para uma integração do PT ao governo e aliados continuará forte. A derrota da ala de Guimarães/Cartaxo, depois de 20 anos de comando da sigla no estado, é um fator de divisão interna do PT. Os opositores vencedores já buscam apaziguar os ânimos internamente e preservar a unidade para a reeleição de Luzianne em Fortaleza, entretanto, o envolvimento desta na derrota de Cartaxo já provoca críticas da democracia radical a gestão de Luizianne e pode ter conseqüências sobre a disputa em 2008.

5 – A gestão Luizianne Lins na Prefeitura de Fortaleza, em mãos da tendência petista, Democracia Socialista - DS, tem demonstrado de forma definitiva o fracasso do reformismo. Não enfrenta os grandes grupos empresariais ou fracassa diante de suas pressões (mesmo em situações críticas de destruição ambiental, como foi o caso da construção do Iguatemi empresarial no parque do Cocó); não se contrapõe a permanência do PSDB no governo Cid, não se contrapõe ao cartel do Sindiônibus, mas ao contrário mantém boas relações com este, ao invés de impulsionar os movimentos sociais, procura neutralizá-los ou estatizá-los (MCP - movimento dos conselhos populares); implementa a farsa do orçamento participativo, capitula até mesmo diante das igrejas (projeto bíblia nas escolas) e mantém uma política de arrocho salarial e ataque aos trabalhadores, a exemplo do que ocorreu nas greves dos PCCS's. A cisão com o vice Carlos Veneranda, que rompeu com o PSB e filiou-se ao PDT (oposicionista), e a saída do PSOL da Prefeitura, não provocaram grandes abalos na gestão. O PSOL, hoje rompido com a Luizianne Lins, tem procurado trazer à tona denúncias sobre as condições de ensino e a situação das crianças no município (por meio do CEDECA) que não ousava levantar antes quando estava ligado à gestão petista. O objetivo por trás das denúncias é preparar o terreno para a disputa eleitoral. A votação dos PCCS's na Câmara Municipal demonstrou, por outro lado, que a Prefeitura tem conseguido manter uma sólida base de apoio no legislativo municipal, sem sobressaltos e crises, graças a acordos com diversos partidos burgueses (PSL, PV, PMN, PPS,

PR etc) uma vez que o PT tem uma bancada pequena de apenas 3 vereadores.

6 – Prefeitura petista enfrentou resistência unicamente do funcionalismo. Os estudantes e movimentos populares estiveram fora de qualquer movimento que se confrontasse com a Prefeitura. O funcionalismo chocou-se com a gestão petista entorno dos PCCS's. O PT agiu como salvaguarda do estado, para que se mantivesse o arrocho salarial e poucas conquistas fossem cedidas. A prefeitura teve de enfrentar greves apenas do magistério, médicos do IJF e dos agentes de sanitaristas (que reivindicavam melhores condições salariais e concurso). As demais categorias (trabalhadores da saúde, Emlurb, AMC, Guarda municipal, assistentes sociais etc) protagonizaram algumas lutas sem aprovar qualquer paralisação. As lutas do funcionalismo foram fragmentadas, devido, principalmente, à política traidora das direções do movimento, o que possibilitou uma vitória da Prefeitura sobre a maioria dos movimentos.

7 O MST manteve seu calendário de lutas no estado. Na semana nacional de luta pela Reforma agrária, houve ocupação do Inbra, Banco Central e do DNOCS em Fortaleza. Foram mobilizados 1500 trabalhadores de 60 municípios. O MST reivindicou desapropriação de duas fazendas e uma política de assistência para os trabalhadores agrícolas que enfrentavam estiagem. No Dnocs os camponeses em terra foram duramente reprimidos pela polícia do governo Cid/PT/PSDB. Existem hoje mais de 1700 famílias em 23 acampamentos no estado, o que significa que os conflitos pela terra no Ceará não cessarão.

8 – O movimento operário no Ceará encontra-se completamente amordaçado pelas direções reformistas/stalinistas/centristas e direitistas e encontra-se paralisado. Não tem havido lutas. Uma das poucas greves ocorrida, na Vicunha em julho/agosto de 2007, terminou em derrota, ocasionada pela conduta criminoso da direção do Sindtêxtil de Maracanaú (Força Sindical) de isolar a greve dos têxteis. Ressaltando-se aí que tal conduta contou com aval da CUT-CE. A derrota permitiu a repressão dos patrões sobre os grevistas (demissões, perseguições etc) e um aumento da desconfiança do método de luta da greve.

9 – A Conlutas, neste último período, teve um crescimento, ao filiar o Sindicato das costureiras, que desfilou-se da CUT em fins de outubro. A Conlutas no Ceará passou a ter 5 sindicatos filiados (Assibge, Gráficos, Sindicato dos trabalhadores na Construção Civil, Sindicato das Costureiras, SindUECE) e alguns sindicatos simpatizantes (Sindfort). Esteve presente na greve dos bancários e na Marcha a Brasília, todavia não realizaram nenhuma campanha política ou lutas no Ceará. O seminário organizado pela Conlutas, no começo de novembro, foi esvaziado contando com apenas 40 ativistas. Por outro lado alguns segmentos da Conlutas no estado, (LBI) denunciando a burocratização desta, tem voltado a levantar a bandeira da construção da COCEP. A desfiliação do Sinprece (sindicato dos previdenciários) da CUT, aprovada no último congresso desta entidade, do qual participou a Conlutas, não pode ser entendida como vitória desta já que o PC do B, com maior peso na entidade também a

defendeu, mas com vistas a filiá-la na sua central. A defesa da desfiliação do Sinprece (que passará por um plebiscito para definir a qual central se filiara) por parte do PC do B expressa que a tendência da fragmentação sindical deve ampliar-se ainda mais no estado. O fato do PC do B no Ceará controlar quase um terço dos sindicatos filiados à CUT mostra bem a dimensão que a cisão pode alcançar no movimento. A Conlute continua a não ter existência prática no movimento estudantil. Estiveram presentes na luta contra o REUNI na UFC, mas completamente ausentes da luta dos estudantes secundaristas pela isenção da taxa do vestibular da UFC.

10 – A fragmentação do movimento sindical que vai ganhando corpo, de um lado, e a estatização das entidades, em maior ou menor grau atreladas ao estado e aos governos, de

## Balanco político da Regional do RN

1. O governo de Vilma de Faria (PSB) é um governo aliado de Lula/PT. Em seu segundo mandato, tem contado com a base aliada no estado do PCdoB e PT, que têm cargos no governo. Embora estes partidos justifiquem que seu apoio ao governo dá-se por ser um dos mais democráticos que já assumiram o estado, o governo de Vilma tem sido repressivo, agido contra os movimentos com truculência, arrojado os salários, demitido servidores e avançado a política de implementação das medidas adotadas pelo governo Lula/PT, a exemplo da Lei Anti-greve.

2. No RN, o PSDB é um partido inexpressivo que administra 4 prefeituras. Conta apenas com o usineiro e ex-senador Geraldo Melo, que em nível estadual não tem expressão política. Na eleição para governo, o PSDB aliou-se ao PSB/PT/PCdoB/etc.

3. O PMDB, dirigido pela oligarquia Alves, embora diga-se de oposição, neste último período tem buscado a unidade com o PSB para as próximas eleições, uma vez que conta com parte da oligarquia no PSB, como o prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves.

4. O DEM é um partido de oligarquia, sustentado pelo setor latifundiário. No RN, é aliado do PMDB. Essa unidade se expressou na indicação do senador Garibaldi para a presidência do Senado. É liderado, no estado, pelo corrupto José Agripino Maia, hoje se auto intitula a moralidade em pessoa.

5. Todos os partidos são oriundos de oligarquias no estado e que a cada eleição fazem oposição de conveniência, ora são oposição, ora situação. O que percebemos é que o governo de Vilma consegue dirigir sem que os setores inter-burgueses tenham grandes atritos. Dentro deste contexto, é importante destacar o papel desempenhado pelo PT e PCdoB, que tem servido para barrar a resistência dos movimentos.

6. A greve dos policiais militares culminou com a suspensão de salários e prisão de policiais, que posteriormente foi revertida, no entanto, as lideranças do movimento como a presidente da associação, sargento Regina, foi sumariamente demitida, juntamente com o cabo Jeová. Tal demissão contou com o apoio do PT e PCdoB. A greve da educação não foi tratada de forma diferente. A governadora tratou a greve da educação com repressão e levando a direção do Sinte a ficar de mãos

outro, colocam na ordem do dia a urgência da estruturação de uma partido-programa, marxista-leninista-trotskista capaz de forjar frações revolucionárias e combater a burocracia dentro das entidades sindicais, romper com a paralisia das lutas e promover um combate conseqüente contra toda fragmentação que só enfraquecem a luta dos explorados. O POR tem combatido a burocracia e perseguido o objetivo da formação de quadros revolucionários. Não há outro caminho possível para a derrota ideológica da burguesia e seus agentes no interior dos movimentos (os reformistas/stalinistas) senão a construção de quadros que penetrem na luta dos trabalhadores, especial no movimento operário que elevem politicamente os trabalhadores, a partir de suas reivindicações elementares, para a tarefa da destruição do capitalismo putrefato e construção do socialismo pela revolução proletária.

atadas perante a categoria, pois seu partido era aliado da governadora e não poderia responder a repressão instalada. O que levou ao desgaste ainda maior da direção do sindicato perante a categoria. Em nenhuma destas greves a categoria teve conquistas, pelo contrário, o governo já saiu alardeando as medidas tomadas pelo governo Lula no sentido de coibir as greves. Ambas as greves tinham como pano de fundo o reajuste salarial.

7. A educação no RN tem se destacado como uma das piores do Brasil e o governo tem se apegado a estes índices para implementar com mais força as medidas de privatização. Os projetos como “Amigos da Escola”, “Adote uma Escola” etc. chama o empresariado a “assumir” a escola em troca da isenção de impostos. O fechamento de salas no turno noturno, diminuição de turmas nas escolas estaduais tem sido reflexo do alto índice de evasão. O governo tem responsabilizado o trabalhador em educação. A falta de profissionais concursados tem sido outro problema enfrentado nas escolas, uma vez que o governo se nega a convocar os aprovados no último concurso, pois sai mais barato para o estado a contratação de estagiários pagando quase a metade e só no final do contrato. O RN inicia o ano letivo em 2008 com um déficit de 1600 professores, continuando com contratos muitas vezes de próprios servidores que deveriam ter sido convocados. Diante de toda essa crise, a governadora ainda conseguiu aprovar a redução de 0,8% dos recursos da educação. Dos 3 bilhões destinados para gastos na área social, a educação ficou apenas com 14% deste valor, o que representa a miséria de 550 milhões/ano.

8. O processo de tercerização, no estado, tem avançado enormemente, tanto nas áreas de saúde como educação. Na saúde, a recente crise que enfrenta o HWG é reflexo da tentativa de beneficiamento do Hospital Marial Alice que tem convênio com o estado e que agora o governo pretende remanejar os médicos pediatras do HWG, com claro propósito de beneficiar a empresa que tem convenio com o estado, deixado o Walfredo sem atendimento. Na educação, a não realização de concurso para determinadas áreas já é expressão da tentativa do governo implementar empresas tercerizadas.

9. O movimento sindical, no RN, é em sua maioria dirigido pelo PT e PCdoB, que sustentam o governo não organizado

a luta de suas categorias que sofrem com o arrocho salarial. Alguns sindicatos estão rompendo com o PT/CUT, no entanto, não se definiram nem pela Conlutas, nem pela intersindical. Isso tem criado burocracias alheias a qualquer tipo de discussão política.

10. O movimento camponês está integralmente ligado tanto ao governo federal quanto estadual. Este ano, praticamente, não houve lutas e ocupações por parte do MST. O movimento tem se diluído na política assistencialista de criação de ONG's e formação de cooperativas, que não tem resolvido o problema da grande maioria dos trabalhadores do campo. No entanto, continuam submetidas às direções burocráticas do MST e dissidentes como MLST, que comprovadamente mostram-se tão burocrático quanto o MST e todos sustentam o governo federal e estadual.

11. A Conlutas não tem aparecido como instrumento de enfrentamento com os governos, uma vez que, não diferente do seu início, conta com a participação de algumas direções de sindicatos que proclamaram o rompimento com a CUT, mas que suas bases não têm conhecimento claro que possibilite uma participação nas atividades chamadas pela Conlutas. Embora se proponha a ser uma central sindical diferente da CUT, a Conlutas não conseguiu impulsionar nenhuma luta em nível estadual. Neste último semestre, ocorreu mais um encontro da Conlutas que contou com pouca participação da base dos sindicatos, o que só vem provar seu existismo. A exemplo da burocracia cutista, os encontros são burocratizados, o único setor de oposição que está presente nas atividades é o POR que tem participado no sentido de denunciar a divisão do movimento. Em nenhum dos encontros realizados discutiu-se uma plano de luta para organizar e combater os governos e a burocracia subserviente. O pouco tempo da Con-

lutas é gasto na disputa por novos sindicatos de forma burocrática e aparelhista. A intersindical não tem nenhuma expressão no movimento e tem atuado junto com a Conlutas em alguns debates, também limitando-se a alguns dirigentes sindicais.

12. A Conlute não tem nenhuma atuação no movimento estudantil. Tem colocado como conquista da Conlute a chegada a direção de alguns grêmios em Natal. Mas tem se comprovado não ser diferente da Conlutas, não conseguiu aparecer como alternativa a UNE e UBES.

13. O PSTU em CM é direção da regional do Sinte. Até o momento não encaminhou no setor da educação a luta. Tanto que a prefeitura não discutiu a pauta de negociação aprovada no início do ano. O partido que se diz trotskista tem buscado métodos de negociação não diferentes da burocracia. Pretende através de negociações de cúpula buscar conquista para os trabalhadores. Amortece o instinto de luta da classe trabalhadora. E comprovadamente o método não leva a elevação da categoria. E diante da repressão tem se utilizado da omissão e deixado os trabalhadores à mercê da política das Direções, que têm tentado castigar os trabalhadores fazendo-os trabalhar até fevereiro, repondo aula de greve. A regional tem atuado distante dos trabalhadores e isso tem sido bom para o governo municipal e para o governo estadual.

14. O POR tem atuado chamando a unidade do movimento, a conformação de uma oposição de enfrentamento à política do governo federal, estadual e municipal, onde estes governos têm atuado de forma unitária na implementação das reformas e ataque aos trabalhadores. No entanto, o maior obstáculo para a composição de uma frente tem sido o PSTU com sua política de divisionista, burocrática que não tem conseguido trabalhar com as divergências.

## Conseqüências da votação da CPMF

# Disputas interburguesas e derrota de Lula

Depois de nove meses de negociação entre a Oposição burguesa e o governo Lula, a votação contrária à prorrogação da CPMF venceu no Senado, anteriormente aprovada na Câmara de Deputados. Os votos dos senadores Jarbas Vasconcelos (PMDB), Mão Santa (PMDB), Romeu Tuma (PTB), César Borges (PR), Expedito Júnior (PR), Geraldo Mesquita (PMDB) (todos da base governista) contra o imposto deu vitória à Oposição. Apesar dos discursos ameaçadores, o governo não conseguiu reverter os votos de seis senadores de partidos de sua base de apoio, composta de 53 parlamentares.

O DEM, desde o início, declarou-se contrário à CPMF. O PSDB, que estava dividido sobre a questão, procurou, até o



último momento, convencer seus dissidentes a votar pelo Não. Para isso, Fernando Henrique Cardoso e o presidente da Fiesp (Paulo Skaf) intervieram com firmeza para demover os vacilantes, que estavam sob influência dos governado-

res de Minas Gerais (Aécio Neves) e São Paulo (José Serra). A Oposição reuniu 34 votos e os governistas 45. O PSol, José Nery, votou com o DEM e PSDB. O governo precisava de 49 votos.

Embora com maioria folgada na Câmara federal, que lhe dá garantia de aprovação de suas medidas, no Senado, com uma maioria apertada, não pôde evitar que a Oposição triunfasse. O voto dos senadores se sobrepõe ao dos deputados.

A cúpula oligárquica se encontra concentrada no Senado.

As disputas interburguesas tomaram conta do Congresso Nacional e tiveram conseqüências em outros poderes, particularmente no Judiciário. A Câmara de

Deputados ficou paralisada à espera das negociações que se processavam no Senado em torno dos escândalos de corrupção de Renan Calheiros e da prorrogação da CPMF. De um lado, os opositoristas que desgastavam o governo e tiravam vantagens eleitorais e, de outro, a corrida do PT e do PMDB para segurar seus rebanhos.

Nas disputas acirradas – como em torno da CPMF –, pesam os interesses pessoais e regionais dos parlamentares, a exemplo do peemedebista Mão Santa, que disputa com o PT o governo do estado do Piauí. O PMDB atuou exigindo maior presença no Estado e a não cassação de Renan. O PT foi fiel ao PMDB no caso Renan, ora se abstendo para favorecer o aliado, ora se limitando ao seu afastamento da Presidência do Senado. Negociou a renúncia de Renan para evitar a cassação e sua substituição por Garibaldi Filho, um reconhecido crápula da política oligárquica do Rio Grande do Norte. Fez parte das negociações o favorecimento ao PMDB de grande quantia de dinheiro destinado às emendas parlamentares. Conseguiu o cargo da presidência de Furnas Centrais Elétricas. Lula prometeu a diretoria internacional da Petrobrás. Para comprar o voto de Valter Pereira, foi oferecido o Incra e o Ibama de Mato Grosso. O PMDB reclamou a retomada do Ministério das Minas e Energia, que perdeu com as denúncias e o afastamento de Silas Rondeau. Em relação ao PSDB, o governo tentou romper a bancada opositorista, oferecendo na última hora toda arrecadação da CPMF para a saúde, o que beneficiaria os governadores. Em defesa de interesses próprios, os governadores do PSDB pressionaram o partido a votar na CPMF. Não poderiam desconhecer a dependência dos estados de São Paulo e Minas Gerais do repasse de recursos do governo federal.

As negociações tiveram vários episódios. Inicialmente, Lula prometeu criar um teto para a isenção do imposto, fazia uma redução da alíquota e se comprometia a rediscuti-lo após um ano. Em seguida, dispôs-se a aumentar o valor transferido para a saúde. Os governadores peessedebistas jogaram uma última cartada propondo que o governo destinasse a totalidade da CPMF à saúde. A liderança do PSDB no senado, Arthur

Virgílio, ameaçou renunciar à chefia da bancada, caso o PSDB apoiasse o imposto. Alguns senadores declararam-se dispostos a abandonar o partido, caso houvesse liberação para votar. Os atritos entre Serra e Fernando Henrique tornaram públicas as divergências internas do partido. Com receio de que alguns de seus senadores mudassem de opinião, a direção do PSDB exigiu que seus senadores votassem de acordo com a legenda e, por quatro votos a favor e nove contra, o partido decidiu conforme a maioria. O governo chantageou Ivo Cassol (RO) e Expedito Junior (PR-RO), que pretendiam negociar a redução da dívida do estado em troca do apoio, mas não teve êxito. Lula foi mais longe: ofertou aos empresários a redução de tributos (2% no primeiro ano e 1% em cada um dos três anos) sobre a folha salarial. E mais um pacote de incentivos à política industrial. Nas negociações, os senadores opositoristas exigiam que os acordos não fossem promessas futuras. Por isso, Lula chegou ao ponto de fazer uma carta ao Senado se responsabilizando com a transferência do dinheiro à saúde.

Configurou-se, assim, o triunfo do DEM sobre o PSDB e do PSDB sobre deputados da base aliada. Por cima, esteve a Fiesp, que atuou abertamente como fração organizada do capital. Para o DEM e para a fração peessedebista dirigida por Fernando Henrique Cardoso, a supressão de 40 bilhões de Reais do orçamento do governo constituiu um importante embate em torno do poder.

Preservar a aliança opositorista (PSDB e DEM) para extrair dividendos eleitorais foi o objetivo de FHC e FIESP. A Convenção Nacional do DEM teve como discussão as eleições presidenciais, candidatura própria e/ou apoio ao Serra. O PSDB não poderia jogar fora seu aliado futuro e nem deixar que o DEM carregasse sozinho o nome de oposição à CPMF.

O fato é que todos os partidos são favoráveis à CPMF, criada por Fernando Henrique. O voto contrário foi a manifestação da Oposição para que o governo Lula corte gastos e não seja beneficiado politicamente com fartos recursos endereçados ao assistencialismo, a exemplo do Bolsa Família. Não permitir que Lula faça seu sucessor, é a estratégia dos opositoristas. Sabem que Lula

conta com os resultados positivos da economia. E que o quadro de emprego combinado com o assistencialismo garante a aprovação popular ao governo. Sabem também que Lula não pode se aventurar a um terceiro mandato. O caudilho tem de fazer um sucessor, que não necessariamente seja do PT. A redução da margem de manobra assistencialista de Lula tornou-se uma necessidade política para o DEM/PSDB. Dessa forma, acirram os choques e revelam as dificuldades de governabilidade da coalizão.

As disputas em torno da CPMF não poderiam ir ao extremo de extinguir a Desvinculação de Recursos da União (DRU), também criação de FHC, que retira dinheiro da saúde e educação. A DRU, ao contrário da CPMF, retira recursos da educação e saúde para cobrir gastos governamentais com as dívidas interna e externa.

### **Governo e burocracia sindical**

O governo tentou tirar vantagens junto aos explorados. Depois da derrota da CPMF, Lula responsabilizou a Oposição de impedir que a saúde pública melhorasse e de não poder contratar e reajustar os salários do funcionalismo. Elogiou os governadores do PSDB que ajudaram na campanha pelo imposto. Em visita à multinacional Ford e na inauguração de um posto da Previdência, Lula discursou demagogicamente em favor dos pobres e condenou os ricos que votaram pela extinção de mais recursos ao SUS. Mas os comandantes da economia trataram de amenizar os impulsos de Lula e procuram enfatizar a linha mestra do governo, que é a manutenção do superávit primário.

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou que pretende criar outro imposto semelhante à CPMF, que o pacote que era previsto para os empresários estava suspenso e que manterá a meta fiscal (3,8%) no próximo ano. Esse era o recado que o capital financeiro precisava. O governo enfatizou que o Bolsa-Família será mantido. Para manter o curso da administração, o governo está obrigado a criar outros mecanismos para aumentar a arrecadação. Outras disputas interburguesas, provavelmente, darão continuidade à crise política.

A burocracia sindical, que se dizia

contrária a CPMF, colocou-se em favor da prorrogação. A CUT defendeu o teto proposto por Lula para os descontos nas movimentações bancárias, em torno de R\$ 2.800,00, e, em seguida, fez coro com os governistas de que os prejudicados são os trabalhadores que usam a saúde pública. Certamente, pretende tirar vantagens eleitorais para o PT. A Força Sindical, que era radical opositora à CPMF, ficou calada para assegurar o seu Ministério do Trabalho. Isso reforça a constatação de que as Centrais Sindicais, que dirigem a grande maioria dos sindicatos, estão submetidas ao governo e expressam a luta interburguesa no seio dos explorados.

O PSOL, que dirige a Intersindical, votou com o DEM e PSDB, inclusive sem nenhuma diferenciação. Heloisa Helena, que adora comparecer no Parlamento para apresentar recursos contra a corrupção, desta vez ficou bem distante dos acontecimentos, deixando que o senador do PSOL agisse solitariamente.

As Centrais, ao serem arrastadas pela luta interburguesa, sustentam um governo que maneja o Estado em favor da burguesia e da manutenção da exploração do trabalho. A esquerda, como se auto-intitula o PSOL, por sua vez, se arrasta por detrás da política oposicionista do DEM e PSDB.

O governo monta uma armadilha quando apela aos pobres, que seriam os beneficiados pela CPMF. Os trabalhadores, ao serem taxados, têm parte de seus ganhos confiscados para que o governo utilize esses recursos para a sustentação do Estado, que é a máquina administrativa dos negócios dos exploradores. A maior parte dos impostos é paga pelos assalariados, direta e indiretamente.

A classe operária não pode e não deve apoiar nenhum imposto que ela mesma tenha de arcar. No caso da CPMF, a resposta é: que apenas os capitalistas sejam taxados. Mas não se pode parar aí. É preciso levantar a bandeira de fim de todos os impostos que recaem sobre os explorados.

Na disputa interburguesa em torno da CPMF, o governo recorreu ao problema da saúde pública. Assim, permitiu que a classe operária também pudesse responder a essa questão fundamental. Era necessário denunciar que mesmo com a CPMF a calamidade da saúde pú-

blica se mantém. Os recursos são ínfimos e ainda por cima o governo há anos usa a DRU para arrancar parte do orçamento da saúde. Com uma mão Lula destinava parte da CPMF à saúde e com a outra retirava por meio da DRU para encher os cofres dos banqueiros.

A resposta operária é estatização sem indenização da rede privada da saúde, constituição de um sistema único público e orçamento calculado pela população organizada em assembleias sindicais e populares.

A classe operária não pôde se posicionar assim porque carece de um partido revolucionário organizado em seu seio, porque se acha controlada pela burocracia sindical, porque a política do PT continua influenciando a maioria oprimida. A luta pela independência da classe operária frente ao governo Lula e às disputas interburguesas é decisiva para fortalecer a vanguarda revolucionária e construir o partido.

### **Novas medidas tributárias**

Lula teve de prometer ao DEM e PSDB que não lançaria nenhum pacote fiscal para conseguir a aprovação da DRU. Depois de se ver derrotado no embate da CPMF, o Ministro Mantega anunciou que elaborava medidas que serviriam de compensação. A Oposição contra-atacou com ameaça de impor uma segunda derrota na votação da DRU. Lula teve de desautorizar seu ministro e se rastejar como réptil frente à Oposição no Senado.

Mas, no início de janeiro, o governo anunciou o aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Em fins de dezembro, o governo estabeleceu a norma de que os bancos terão de informar à Receita Federal as movimentações financeiras acima de cinco mil reais, de forma que possa controlar a sonegação.

Os partidos da Oposição acusaram Lula de quebrar o acordo. Motivo que servirá para sustentar o confronto. O que se esperava é que o governo convocasse a oposição a replanejar os gastos do Estado, dando-lhe assim força governamental. Se Lula assim o fizesse, reconheceria a capacidade da Oposição e refletiria a fraqueza de seu governo. Escolheu o ca-

minho de quebra do acordo. Os dados econômicos lhes eram e são favoráveis. A burguesia está ganhando dinheiro e as massas estão controladas pelo assistencialismo e pela contenção do desemprego.

O ano de 2008 não promete ser um ano tranquilo para o governo, que tem enfrentado crise sobre crise. A fração industrial, representada pela Fiesp, foi responsável pelo fim da CPMF. Não gostou das novas medidas, ainda que o governo as tivesse direcionado ao capital financeiro. Os banqueiros também não as assimilaram, embora obtenham altas taxas de lucratividade. O governo, sob pressão, imediatamente isentou os empréstimos para a casa própria. Tudo isso para repor 10 bilhões dos 40 bilhões de reais da CPMF.

As tímidas medidas servirão de socorro imediato ao orçamento. A complicação envolve os 30 bilhões restantes. Segundo previsões, com o desempenho econômico, aumentará a arrecadação do Estado, mas mesmo assim não tem como o governo manter o planejamento anterior sem repor boa parte da CPMF.

A burguesia, a Oposição e parte dos aliados do governo não querem mais impostos. Lula está pressionado a fazer o que não queria: reduzir gastos por meio de cortes orçamentários. A questão é onde cortar. A Oposição exige que ataque mais fundo o funcionalismo, reestruture os ministérios, reduza dispêndios com o assistencialismo e retome a reforma da previdência. O governo tem como cortar altas despesas do Legislativo e Judiciário. A reação a medidas nesse sentido foi esboçada pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral. É bem possível que os próximos meses sejam consumidos pela continuidade das disputas em torno do orçamento.

Certamente, a burocracia sindical manterá o apoio ao governo e argumentará que o aumento do IOF e CSLL recai sobre o capital financeiro e que é preciso defender a política assistencialista vigente.

Na realidade, os impostos continuarão sendo descarregados sobre os assalariados. O governo de Lula é burguês e enfrenta a crise política com medidas de defesa da grande propriedade e continuidade da exploração. Nossa luta se concentra em torno da independência dos explorados frente à política burguesa de conjunto.

## Balanço da situação da educação e do movimento de resistência

1. O ano de 2007 iniciou com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Trata-se de um conjunto de medidas, formuladas pelo governo Lula, que devem ser implantadas em todas as esferas da federação. É uma resposta institucional ao fracasso escolar e um novo ordenamento para a continuidade da Reforma Educacional, que vem sendo imposta desde 1996. A essência dessa reforma é mantida: municipalização, financiamento por meio da política de fundos, piso salarial não superior a três salários mínimos, flexibilização de direitos trabalhistas, eliminação de conquistas dos Planos de Carreira, avaliação externa e mecanismos de expansão do ensino privado. O PDE não altera a legislação que materializou a Reforma (LDB). O objetivo do PDE é aumentar a centralização do Estado sobre a educação, que está materializada nas metas a serem alcançadas até 2021. Acobertado por um palavreado reformista - autonomia, inclusão, respeito à diversidade, qualidade etc - o PDE diz combater as falsas oposições entre a educação básica e o ensino superior e a visão fragmentada da educação. Tem como rótulo a melhoria da qualidade e a visão “sistêmica” da educação. Professa a necessidade de formação do professor e de um regime de colaboração entre União, estados e municípios para a educação dar um salto de qualidade. Conclama a “sociedade para “fiscalizar” o cumprimento das metas/ações. Para as Universidades Federais, o PDE cria o REUNI (reestruturação e expansão das universidades federais), uma fórmula para adequar a universidade pública às leis de mercado. Ou seja, estabelece o critério de aumento de alunos por professor, redução da durabilidade dos cursos, aproveitamento de créditos de cursos distintos e condicionamento de recursos à aplicação do Reuni. Em relação ao ensino superior privado, o PDE reforça o Prouni e o FIES. Em São Paulo, Serra e Kassab, seguindo as diretrizes do PDE, lançaram o Plano de Metas e a Reestruturação do Ensino Municipal. O conteúdo das metas se resume nas avaliações externas para os alunos e trabalhadores da educação, combinação entre desempenho e reajuste salarial, regulamentação do fim da estabilidade dos concursados e maior fiscalização sobre os trabalhadores do ensino. O Plano de Reestruturação institui o provão para os professores como instrumento de evolução funcional, aumento da jornada de trabalho, critérios mais rígidos de avaliação desempenho e gratificações de acordo com o cumprimento das metas. Portanto, o PDE e suas variantes nos estados e municípios tem a função de dar à educação pública caráter empresarial. (gestão/gestores/metabolização/fiscalização/avaliação/custo/contratação/demissão). O objetivo central é acabar com a estabilidade dos concursados.

2. O PDE foi defendido pelas direções sindicais que apóiam o governo. A CNTE, Apeoesp, UNE etc enfatizaram o Plano como uma conquista para os trabalhadores e estudantes. Endossaram o Prouni e Reuni como mecanismos de inclusão social e de expansão do acesso ao ensino superior público. Estabeleceram uma falsa diferenciação entre o Fundef e Fundeb, dizendo que o Fundeb “abre o caminho para a construção de um novo perfil para o ensino médio”...que o “Eja ganha novo impulso”... “faz com que a educação básica seja um processo úni-

co, contínuo e articulado”. De forma envergonhada, dizem que o PDE “falha” quanto à valorização dos trabalhadores do ensino porque a vincula a medidas de “mérito individual”. A burocracia dos sindicatos de São Paulo procura separar o PDE de Lula do Plano de Metas de Serra e da Reestruturação de Kassab. Descarregam tintas nas críticas às medidas de Serra e Kassab. São favoráveis às avaliações externas e as avaliações por mérito, nesse caso com a ressalva de que seja um processo democrático. Ou melhor, uma farsa democrática. O fato é que trabalharam contra a organização dos trabalhadores e estudantes para que o PDE e os outros planos governamentais fossem rejeitados por meio da luta.

3. A reação ao PDE ganhou evidência quando os estudantes ocuparam as Reitorias, paralisando as universidades federais da Bahia, São Paulo, Ceará, Paraná. Houve um movimento nacional de rejeição ao Reuni, que compareceu de forma fragmentada. A UNE por ser a favor ao PDE atuou contra a mobilização dos estudantes. As ocupações das universidades, algumas ultrapassaram um mês, foram arrancadas pela repressão do Estado. Havia disposição dos estudantes de combate ao Reuni e suas conseqüências para a universidade pública, mas estavam isolados e à mercê da enorme campanha mentirosa e de exortação à repressão por parte da imprensa. Os governos e a burocracia acadêmica aproveitaram a situação para desfecharem a repressão policial. A tropa de choque restabeleceu o funcionamento das universidades. O movimento dos professores em São Paulo foi abortado pela burocracia após a grande manifestação de 30 mil nas ruas contra as medidas de Serra. A unidade com os sindicatos da rede estadual foi circunstancial e limitada aos atos, porque eram contrários à deflagração da greve. A seqüência de atos, sem uma ofensiva grevista contra o governo, acabou no esvaziamento e no fim da campanha. O governo aproveitou o bloqueio imposto pelas direções sindicais e enfatizou o Plano de Metas e as medidas punitivas aos professores que não cumprirem os objetivos. Por outro lado, a burocracia do sindicato dos municipais, que teve seis meses para rejeitar a Reestruturação, fez campanha de que nesse projeto havia pontos positivos e que era possível incorporar outros. O resultado foi a aprovação sem resistência dos trabalhadores.

4. É fato o fracasso do ensino. Os alunos pouco aprendem e os professores estão cada vez mais com dificuldades de pôr em prática seus planos de aula. Os governos aplicaram as avaliações, Prova Brasil, Saesp, Enade, Enem, e os resultados são catastróficos. Demonstrou o que já era evidente. As avaliações não tiveram a função de demonstrar nada. Mas sim de servir de instrumento para justificar um plano de medidas severas contra os trabalhadores da educação. A manobra da burguesia vai mais longe. Ganha plano internacional. O Brasil ocupa um dos últimos lugares nas provas de matemática, ciências e leitura. Reforça a idéia de que a rede pública no Brasil necessita de gerenciamento, fiscalização e controle sobre o professor. Assim, o fracasso da aprendizagem que é de inteira responsabilidade do Estado é atribuído pelos governantes aos trabalhadores da educação. Nas universidades, o mesmo se repete.

5. A privatização do nível superior e o raquistismo da rede pública universitária constituem um brutal bloqueio à maioria. São 2.398 universidades privadas contra 257 públicas. 10% dos estudantes chegam à universidade. O investimento total para a educação é de menos de 4% do PIB. As justificativas de inclusão, qualidade e outros adjetivos servem para acobertar a violenta destruição do ensino público. Uma das maiores fraudes é a implantação do ensino à distância. É uma fraude em nome da democratização do ensino e uma fraude contra a aprendizagem. As reformas favoreceram a expansão das empresas que mercantilizam a educação. O ensino superior privado, além das fusões, agora abrem o capital na Bolsa de Valores. A empresa Anhanguera Educacional S.A, com as aplicações no mercado financeiro, fundiu com outras universidades e passou de 24 mil alunos (2006) para 53 mil (2007). A rede Pitágoras, que tem como um dos donos o corrupto Walfrido dos Mares Guia, seguiu o caminho da Anhanguera. O mesmo ocorre com a Universidade Estácio de Sá e outras. O especuladores estrangeiros vêm nas empresas de educação um negócio rentoso. Mercantilização e desnacionalização do ensino é o que vivemos.

## Pacote de Serra para 2008: mercantilização e centralização do ensino

A Corrente Proletária da Educação (órgão do Partido Operário Revolucionário – POR), há muito tempo, denuncia o processo de mercantilização e centralização do ensino em todo o país. Do governo Lula / PT ao governo do PSDB em São Paulo, tem destacado as medidas que favorecem as empresas privadas. São as compras de vagas ociosas em instituições de ensino superior (ProUni) ou garantia de pagamentos das mensalidades dos estudantes transformados em estagiários das escolas (Programa Ler e Escrever), isenção fiscal para os “parceiros” das escolas, dentre outras medidas.

A educação tem se tornado um negócio em que as empresas lucram de uma maneira ou de outra, ao mesmo tempo em que o Estado corte recursos nesta área, fechando salas de aulas, arrochando os salários, desempregando etc. Para agir assim, o governo tem de aumentar a repressão e o controle sobre os trabalhadores. Centraliza-se o lado administrativo e “pedagógico” e descentraliza-se as formas de custeio do ensino, que vão se tornando uma mina de ouro para os capitalistas. Trata-se uma diretriz imposta pelo Banco Mundial / FMI.

### MERCANTILIZAÇÃO, DESEMPREGO E SUBCONTRATAÇÃO

Na segunda quinzena de dezembro de 2007, Serra lançou sete Resoluções e outras medidas que compravam o avanço da privatização do ensino e, conseqüentemente, ampliam os ataques sobre os trabalhadores..

Através da resolução nº 92, o governo altera a organização curricular do Ensino Médio, criando: a) o *curso de sólida formação básica* e b) o *curso de formação básica e profissional*. Nos dois casos, há redução de aulas e, portanto, de jornada e salário para os professores efetivos, e desemprego para os contratados, além de aprofundar-se a diferença entre o ensino para os filhos dos ricos (estudantes de escolas particulares) e os filhos dos pobres (estudantes de escolas públicas), já que a mudança atinge as escolas da rede estadual.

O *curso de formação básica* retira 6 aulas na 3ª série para destiná-las às “disciplinas de apoio curricular”. Tais disciplinas são as já

6. Para rejeitar o PDE, que contém o Reuni, Prouni, Plano de Metas e a Reestruturação, é preciso levantar a bandeira de educação pública e gratuita a todos em todos os níveis e fim da rede privada. Essa reivindicação se choca com o caráter privatizante do PDE e da reforma educacional dos governos. Denuncia a “inclusão” de uma minoria explorada no nível superior, geralmente nas universidades privadas, por meio de recursos públicos. Mostra que nada tem a ver com qualidade de ensino, ao contrário, são instrumentos para corte gastos. As metas, avaliação por mérito, estágio probatório e o provão são para demitir e manter o salário baixo; as salas superlotadas, para contratar menos professores; a formação docente, para expandir o ensino à distância; os gestores, para fiscalizar os professores; as mudanças curriculares, para eliminar disciplinas e ampliar o ensino semi-presencial. Portanto, são medidas que estão na contramão do anunciado ensino de “qualidade” e da necessidade de acesso a todos. O PDE e suas variantes nos estados e municípios reforçam o caráter seletivo e privatista da educação. Combatê-los é se colocar pela estatização de todo o ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha.

existentes, mas só da Base Comum (que inclui três áreas), ou seja, duas disciplinas da Parte Diversificada (Sociologia e Psicologia) foram eliminadas. Além disso, a redistribuição dessas 6 aulas ficará a **critério da direção** escolar, seguindo regras que excluem diversos professores tanto contratados (OFA’s) como efetivos: 1) cada área só receberá 2 aulas e para uma disciplina; 2) privilegiar os professores efetivos para complementação de jornada; 3) escolher professores “que demonstrem familiaridade com ferramentas de multimídia e que disponham de condições para sessões de estudos e pesquisas”, pois utilizarão “recursos tecnológicos inovadores”. Como visto, tais aulas se tornarão um fardo para os professores, que terão maior carga de trabalho para, no máximo, obter 2 aulas. Mas isso é temporário, já que a tendência é o governo estabelecer parcerias também nessa modalidade de curso.

O *curso de formação básica e profissional* traz mais mudanças para o período diurno, mexendo também com a 2ª série. No total, o governo retira 18 aulas que ficarão a cargo do Instituto Paula Souza em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Ou seja, é este o mercado que o governo abre para as empresas na área da educação pública, com possibilidade de mais 6 aulas na 2ª série do período noturno, se as escolas conseguirem montar turmas para cursarem os módulos profissionalizantes aos sábados. Esse curso, será realizado através de telessalas e do ensino à distância, oferecendo aos alunos nada mais que os telecursos da Rede Globo. De imediato, como não conseguiu organizar totalmente a rede para o lucro das empresas, diz que, “excepcionalmente”, as 6 aulas da 3ª série, do período diurno, serão **distribuídas pelo diretor para um único professor** de uma disciplina da Base Comum, de preferência efetivo. Porém, só pode ser aquele professor “cuja área de atuação guarda estreito vínculo de ordem programática com o conteúdo profissionalizante proposto para a disciplina”. Além disso, ele “exercerá não só função de professor dessas disciplinas, como desempenhará em horários diversos, a função de tutor da respectiva turma de alunos”. Para tanto, terá só mais 5 aulas semanais, isto é, menos de R\$ 50,00 por semana.

A Resolução nº 86 aprofunda a mercantilização do ensino atra-

vés da ampliação do Programa “Ler e Escrever”, na Região Metropolitana da Grande São Paulo, para todas as séries do Ensino Fundamental I (em 2007 valia só para a 1ª série), é o caso dos “2 professores por sala”. Sob a mentira de “alfabetizar, até 2010, a todos os alunos com idade de até oito anos do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino”, o governo destinará, no mínimo, três vezes mais recursos às universidades privadas que oferecerem “estagiários”. Estes têm suas mensalidades pagas diretamente pelo governo, ou seja, são superexplorados, pois não ganham nada.. Por outro lado, para os professores envolvidos no programa, o governo só pagará mais 4 horas semanais para fazerem planejamento e capacitação (menos de R\$ 40,00). Miséria que não será paga caso haja afastamento do professor, “a qualquer título”, isto é, mesmo por licença saúde.

Serra também impôs aos funcionários da educação uma nova remoção. Ou seja, o concurso de remoção ocorrido em outubro não atendeu ao objetivo do governo e da Secretaria de Educação: concentrar os funcionários efetivos em algumas escolas para, em outras, realizar a total terceirização / privatização dos serviços. Por isso, eles pressionam os funcionários a escolher uma escola de uma lista já pronta ou a serem removidos compulsoriamente. Há anos, o governo vem prejudicando os funcionários por meio das Frentes de Trabalho e Cooperativas, em que ganham um salário de fome e não têm direitos trabalhistas. Agora quer avançar neste processo. Primeiro realiza a remoção forçada dos efetivos e a dispensa dos funcionários das cooperativas. Depois, fará uma seleção (uma prova) para contratar funcionários pela Lei 500/74, mas temporariamente (previsão de 1 ano), isto é, “enquanto não ocorre a terceirização”. Por isso, é que o governo exige que: “*Todos os funcionários das escolas que serão terceirizadas deverão se inscrever na remoção. Obrigatoriamente.*”

Para se livrar de uma boa parcela de professores contratados, Serra, tal como vem fazendo o PSDB, há mais de uma década, utilizou o concurso público, em que se livra dos mais antigos (mais “caros”) e fica com os mais novos (mais “baratos” e receptivos às suas propostas “inovadoras”). Em 2008, efetivará apenas 17.852 professores, quando, em 2007, havia 106.787 contratados. Ou seja, mesmo que os efetivos estivessem entre estes últimos, ainda sobriam cerca de 89 mil professores sem aula ou com jornada e salário muito reduzidos. É mais desemprego e subemprego.

Outra maneira utilizada para se livrar de OFA’s é a dispensa dos atuais (6.649) professores coordenadores. Muitos contratados valiam-se desta função para manterem seu emprego no magistério, sendo, em 2007, 2.819 professores. Agora, para se tornarem coordenadores, além de enfrentar uma verdadeira maratona (elaboração de projetos ultra-acadêmicos, entrevistas, provas etc.), terão de ter, no mínimo, 10 aulas atribuídas nas escolas em que pretendem atuar. E, no final, serão mesmo escolhidos pelos diretores de escola e supervisores de ensino.

## CENTRALIZAÇÃO DO ENSINO

A Resolução nº 88 define que os novos coordenadores serão “gestores implementadores” das propostas da Secretaria da Educação. Por isso, dentre os objetivos que estes terão, há a total vigilância sobre o que os professores ensinam e como ensinam. Ou seja, transforma os coordenadores em chefes dos demais.

Conforme as resoluções nºs 89 e 90, os coordenadores deverão, por exemplo:

- “*observar a atuação do professor em sala de aula, com a finalidade de recolher subsídios para aprimorar o trabalho docente, com vistas ao avanço da aprendizagem dos alunos*”, isso em todos os níveis de ensino;
- com a desculpa de “auxiliar” e “orientar”, controlar a rotina de

trabalho dos professores, verificando o planejamento de suas atividades semanais e mensais, no Fundamental I;

- no Fundamental II e Ensino Médio, verificar se os professores estão aplicando “*as propostas curriculares organizadas pelos órgãos próprios da Secretária da Educação*”;
- “monitorar” as avaliações bimestrais e os projetos de recuperação bimestral;
- “orientar e auxiliar os docentes... na identificação das atitudes e valores que permeiem os conteúdos e os procedimentos selecionados, imprescindíveis à **formação de cidadãos afirmativos**” (o grifo é nosso);
- sob a máscara do “apoio”, interferir nas “organizações estudantis que fortaleçam o exercício da cidadania e ações / organizações que estimulem o intercâmbio cultural, de **integração participativa e de socialização**” (o grifo é nosso).

Para que os coordenadores cumpram esses objetivos, o governo atrelou-os às oficinas pedagógicas das Diretorias de Ensino, sob o controle de dirigentes e supervisores.

O governo ainda lançou a Resolução 87, que estabelece maior controle no cumprimento do calendário escolar e obriga os professores a realizarem “*atividades para reflexão e discussão dos resultados do SARESP/2007*”. Ao mesmo tempo, está proibida “*a realização de eventos ou atividades não programadas no calendário escolar, em detrimento das aulas previstas*”, podendo haver a penalização de membros das escolas.

Antes ainda dessas medidas, o governo já havia lançado o Decreto que estabelece as normas para a avaliação dos novos professores efetivos. Trata-se do Estágio Probatório, que existe há décadas, mas nunca com critérios tão prejudiciais aos professores, tais como: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, responsabilidade, comprometimento com a Administração Pública, eficiência e produtividade. O professor será avaliado por 3 anos para daí ter sua efetivação confirmada, do contrário será exonerado. Quem o avaliará? Uma Comissão montada pelo próprio governo, que é a mesma a que se recorrerá caso não concorde com o resultado.

Finalmente, após toda uma campanha da imprensa burguesa aliada ao governo, este último lançou um Projeto de Lei Complementar sobre as faltas dos servidores, incluindo o professor. Só serão possíveis 6 faltas ao ano para, no máximo 1 por mês, para tratamento de saúde, para que não haja desconto do dia / hora de trabalho. Isso porque, segundo o governo os servidores têm abusado das faltas com atestados médicos não “idôneos”.

Como visto, não são poucas as medidas que visam o controle dos professores, funcionários e alunos nas escolas. O controle ideológico se dá sobre todos. O controle para que não tenham ações políticas contrárias as medidas governamentais também (desde não poder faltar para manifestações até ter o grêmio estudantil controlado pelo coordenador).

## DIREÇÕES BUROCRÁTICAS NÃO PREPARAM A RESISTÊNCIA

Na realidade, antes de assumir o governo Serra já destacava a intenção de realizar algumas destas medidas. Se havia alguma dúvida, em meados de agosto, Serra deixou claro ao ditar as “Dez Metas para Educação”.

Mesmo diante de todos os ataques anunciados e ocorridos em 2007 (reforma da Previdência dos Servidores em São Paulo), nem a diretoria da APEOESP (Sindicato dos professores) nem a da AFUSE (Sindicato dos Funcionários de Escola) organizaram a luta dos profissionais de educação. Criaram uma farsa com outras entidades do magistério (sindicatos de diretores, supervisores, apo-

sentados etc.): realização de atos conjuntos, que nada decidem. A assembléia geral só ocorreu quando houve o esvaziamento do movimento promovido pelas próprias direções burocráticas. Aí, o ano já estava encerrado.

A democracia operária, assembléias massivas e unificadas, comandos de mobilização unificados tirados na base, e a ação direta (greves, bloqueios, manifestações de rua etc.) são rechaçados por essas direções porque se opõem ao seu burocratismo, sua conciliação com o governo e os capitalistas. Mas, não pára aí.

Mais recentemente, diante das medidas do governo, qual foi a resposta da APEOESP? Reclamando que o governo é autoritário, orientou os professores a realizarem Conselhos de Escolas extraordinários para manter a grade curricular atual e escolherem seus coordenadores. Ou seja, só destacou dois problemas: perda de aulas e desligamento dos coordenadores. Depois, para um ataque geral do governo, em âmbito estadual, dá uma resposta localizada: cada escola define em seu Conselho, como se este tivesse poder para isso. Nada de luta, nada de organização dos trabalhadores em educação.

Assim, também respondeu a AFUSE. Primeiro, disse que trata de boato, mas ainda assim, estava recorrendo à Justiça. Depois, admitiu que o governo estava pressionando os funcionários, mas reforçou que ela estava buscando as medidas judiciais cabíveis e havia apelado a um deputado.

Pressão parlamentar, recorrer a justiça e aos organismos estabelecidos pelo próprio governo (Conselho de Escola) com poderes ultra-limitados: esse é o campo proposto pelos pelegos. Combater os faz parte da luta contra o pacote do governo.

### NOSSA RESPOSTA

O pacote de ataques do governo está pronto. Precisamos urgentemente preparar a luta! Defendemos:

## IX CONGRESSO DO CONDSEF

De 5 a 9 de dezembro ocorreu o IX Congresso dos Trabalhadores do Serviço Público Federal, em Belo Horizonte. A Corrente Proletária da Saúde apresentou uma avaliação deste Congresso.

A pauta do Congresso deveria ser sobre as reformas dos governos e a aprovação de um plano de lutas. O objetivo, portanto, era de pôr em pé ações para a resistência unificada dos trabalhadores aos ataques governamentais. Mas não foi o que se passou.

O congresso foi dirigido para aprovar o apoio ao governo Lula. Assim, dos 800 delegados presentes, mais de 500 votaram em favor das medidas do governo. Apenas dois estados da região Norte, Rondônia e Pará, foram contra a destruição destes direitos. Mas as direções sindicais não estão empenhadas em organizar a resistência contra as reformas. Isso por que estão nas mãos de lideranças eleitoreiras.

Um dos pontos debatidos foi sobre a desfiliação da CUT. O Congresso aprovou a não desfiliação. Porém, não deliberou sobre o combate à burocracia dirigente da CUT, que é um braço do governo Lula no movimento sindical. Os que defenderam a desfiliação são os que propõem a cisão da CUT e a criação de novas Centrais. Recusam travar a luta pela derrota da burocracia petista traidora.

Outro ponto aprovado que revela a colaboração de classes foi sobre os afastamentos. Os servidores afastados por meio de laudos médicos devem retornar ao trabalho a fim de serem avaliados, sob as mesmas condições dos servidores da ativa. Isso é grave. Em Rondônia, os servidores da FUNASA, passam por sérios problemas de saúde, provenientes da intoxicação dos pesticidas, usados

- Organização de uma assembléia massiva e unificada no início do ano letivo. Para tanto, não apenas os lutadores, mas sobretudo os diretores do sindicato deverão trabalhar de fato, mobilizando as escolas e colocando o dinheiro do sindicato a favor da luta;
- Propagandar a greve como única ação capaz de responder a altura os ataques do governo. Greve unificada, com comando de organização e negociação unificada, composto pela base, eleito em assembléia;
- Pauta de reivindicações, que incluía:
  - ✓ Abaixo toda a reforma educacional de Serra e Lula e da legislação e medidas que a sustenta, incluindo as avaliações externas (Saresp, Prova Brasil etc.);
  - ✓ Abaixo a Avaliação de Desempenho;
  - ✓ Salário Mínimo Vital para todos os trabalhadores da educação de, no mínimo, R\$ 2.500,00 e, a partir deste piso, Escala Móvel de Reajuste (acompanhando a inflação);
  - ✓ Emprego a todos através da Estabilidade imediata e Escala Móvel das Horas de Trabalho (divisão das horas de trabalho entre os trabalhadores da educação);
  - ✓ Reabertura de salas e escolas fechadas e construção de novas escolas onde for necessário;
  - ✓ Máximo de 25 alunos por sala;
  - ✓ Aulas de 40 minutos no período noturno e 45 no diurno.
  - ✓ Escola pública, gratuita, laica, para todos em todos os níveis, sob o controle de quem trabalha e estuda. Ou seja, estatização da rede privada e fim dos vestibulares;
  - ✓ Ensino vinculado à produção social. Os jovens devem trabalhar, no máximo 4 horas, e o restante deve servir para estudo e lazer, com um salário que realmente atenda suas necessidades e ter um ensino que una teoria e prática;
  - ✓ Garantia do direito de locomoção da juventude: Passe Livre para todos os estudantes.

na pulverização dos mosquitos. Estes, pela decisão do congresso, terão de retornar ao trabalho.

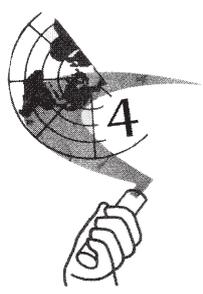
Há um outro fato também grave que o congresso deveria ter respondido. Trata-se da assistência que o funcionalismo da FUNASA presta na região Norte e, em particular em Rondônia. O governo Lula pretende fechar esta entidade entregando os serviços prestados por eles aos estados e municípios. As conseqüências já se fazem sentir, pois quando algum funcionário se aposenta ou morre, não são substituídos. Portanto, os postos de trabalho do funcionalismo acabam fechando e a responsabilidade pela febre amarela, malária e outras epidemias ficam a cargo dos prefeitos e governadores. O povo pobre acaba sendo vítima das medidas governamentais.

A Corrente Proletária defendeu um plano de lutas, apoiado nas seguintes reivindicações:

1. Fim das reformas governamentais que retiram direitos e destroem postos de trabalho.
2. Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. Fim da reforma da previdência. Sistema único de previdência estatal, sob o controle dos trabalhadores;
3. salário mínimo vital, que em nossos cálculos deve ser de R\$ 2.500,00.
4. Fim das medidas de Lula que impõem o arrocho salarial ao funcionalismo;
5. Emprego a todos, por meio da escala móvel das horas de trabalho.

**Nesta edição:**

- Não existe uma terceira via para o socialismo, (Apesar do que o PO fala)
- As Históricas Jornadas de 19 e 20 de Dezembro, 6 anos depois

 **Artigos do Cerqui  
Comitê de Enlace  
pela Reconstrução  
da IV Internacional**

## **Não existe uma terceira via para o socialismo, (Apesar do que o PO fala)**

O jornal do Partido Obrero (o PO argentino de Jorge Altamira) dedica toda sua contracapa analisando as dificuldades da revolução boliviana.

Decidimos polemizar com este artigo porque contribui com o grande dano que permanentemente fazem os morenistas e os revisionistas do trotskismo atacando a única referencia revolucionaria na Bolívia, e dessa forma pretender isolá-lo da vanguarda militante. Contribuindo assim para ocultar e deformar as posições revolucionárias, injetando seu veneno democratizante, que tanto conhecemos aqui na Argentina.

Este artigo critica o MAS (Movimento ao Socialismo, partido do Presidente boliviano Evo Morales), e caracteriza o POR Boliviano como “ultimatista”

Em primeiro lugar, o artigo não menciona o fato do PO ter chamado o voto em Evo Morales e que na ocasião de sua vitória na eleição ter saudado calorosamente seu triunfo, (apesar dos altamiristas não terem influência alguma na luta de classes na Bolívia, são responsáveis de terem apoiado o governo de Evo Morales). Fazemos este esclarecimento porque talvez algum leitor desprevenido possa pensar que o PO sempre criticou e manteve uma posição de independência de classe frente a Evo.

Em segundo lugar, chamamos os companheiros do PO, e neste caso a Christian Rath, a conhecer, revisar, discutir e criticar toda a intervenção do POR boliviano sobre bases corretas, sobre seus documentos, seus jornais, suas intervenções concretas. Só assim se pode debater seria e profundamente. Do contrário, podemos supor que não está trabalhando de boa fé ou ignora o que está falando.

É mentira que o POR boliviano não tenha analisado as expectativas que gerava nas massas a ascensão de Evo Morales. O POR boliviano dedicou uma grande parte de sua propaganda combatendo as ilusões democráticas, como cabe a qualquer organização revolucionária.

Desde muito antes de se apresentar a estas eleições, desde que apareceu no cenário político pretendendo se passar por representante dos camponeses cocaleiros. Suas mentiras têm sido combatidas duramente desde o princípio.

Rath afirma falsamente que o POR... “ignora a situação política dominada pelo protagonismo das massas camponesas e indígenas”. Muito pelo contrário, o POR colocou em relevo esta situação desde sempre e trava uma dura batalha, em todos os terrenos, para cindir esse movimento da direção burguesa do MAS. Não fazê-lo, em nome de que as massas têm ilusões nesse partido e nessa direção, é capitular abertamente, renunciar a uma política operária.

Rath omite dizer que, no momento das eleições dos constituintes, as ilusões estavam esfaceladas porque as massas estavam sendo negociadas com a direita para lhes darem todas as garantias. A escassa presença da base do MAS na apresentação de seus candidatos a Constituinte já antecipava a perda de entusiasmo, como reconheceram Evo e Garcia Linera (vice-presidente e ideólogo do partido) nesse momento. A abstenção, o voto branco e nulo nas eleições (32,2%) foi uma clara mostra do acerto da política porista.

Mente Rath quando afirma que “ninguém na Bolívia discutiu o problema da organização da derrubada e da tomada do poder”. Basta olhar para algumas dezenas de edições do jornal do POR de antes, durante e depois das mobilizações de Outubro para ver como estavam colocando a luta pelo poder, e como isto ficou refletido na própria imprensa burguesa.

Mas disse algo muito interessante sobre o chefe do MAS: “Evo Morales se manteve ausente da rebelião de Outubro para não assumir a responsabilidade política por um desenlace revolucionário, e colocou antes que qualquer um o apoio a saída constitucional e ‘a revolução na democracia’...”. Mesmo levando em conta que Evo pregava claramente um desvio do processo revolucionário, para esmagá-lo democraticamente, como bem disse Rath, o PO chamou o voto nele.

Rath fala com pouca ênfase contra um Evo ao qual chamou a apoiar e que agora parece querer se desligar. Para o POR não há nenhuma mudança na política de Evo e do MAS. Não se poderia esperar nada diferente desta direção.

Em terceiro lugar, Rath tampouco admite que a caracterização política de que a vida da Constituinte seria curta também era correta. Justamente o que demonstra a luta aberta na Bolívia é que isto era só uma farsa, uma forma de desviar a atenção das massas.

Rath considera que “a classe operária pode jogar um papel dirigente se orientar os camponeses e indígenas em torno de duas ou três consignas: a expulsão da oligarquia fascista da Constituinte, a expropriação dos latifúndios, e a nacionalização sem pagamento dos combustíveis fósseis”. Sua Posição revela que quem na verdade tem muitas ilusões que a Constituinte jogue algum papel é o próprio Rath. Tem ilusões também que os deputados do MAS possam fazer uma Constituinte boa para as massas se não tiver a presença da oligarquia fascista. Devemos dizer com absoluta clareza que a expropriação dos latifúndios e a nacionalização sem pagamento dos hidrocarbonantes não será resolvida pela Constituinte, do contrário se contribui com o engano.

O que deveria fazer a classe operária para expulsar a oligarquia da Constituinte? Isso Rath não diz.

Evo em seu desespero ante o fracasso seguiu o conselho de Rath: fez a Plenária da Assembléia Constituinte ocorrer num quartel sem os representantes da “oligarquia fascista” para poder aprovar o Projeto de Constituição Política.... que reafirma a vigência da propriedade privada sobre os meios de produção.

Esta jogada transformou o desespero num rotundo fracasso que empurrou um setor das massas por detrás da direita fascista. A turba enfurecida ocupou a cidade de Sucre, expulsou a polícia, os constituintes tiveram de fugir na calada da noite e os “Ponchos Rojos” (a vanguarda do movimento camponês, pretensamente sobre o comando de Evo) e outros setores que supostamente manchariam sobre Sucre para garantir a continuidade da constituinte recuaram sem dar batalha.

Não se pode fazer uma Lei, sem modificar a realidade. Se não se destrói a burguesia, ou seja, a suas bases materiais, não se pode começar a transformar a realidade.

No momento em que Evo assumiu, quando tinha um apoio massivo da população, no lugar de chamar os operários a tomar os poços, no lugar de tirar o comando das forças armadas, de chamar os cocaleiros a impor o livre cultivo, fez todo o possível para calar “institucionalmente” os reclamos. Nada diferente esperávamos, já que o POR boliviano caracterizou antes qual plano levaria adiante. O mal-chamado “capitalismo andino” na verdade é isso: capitalismo, ou seja: respeito a propriedade privada dos meios de produção.

Rath se espanta pela caracterização do POR da Bolívia de que o governo do MAS é um governo burguês ... lacaio do capitalismo mundial, do imperialismo. Como eles o caracterizam? É um governo de qual classe? Sobre quais bases nós marxistas definimos o caráter de classe de um governo? Rath não o diz, mas pelo seu nojo devemos entender que considera o governo do MAS como de outra classe. Será talvez um governo operário e camponês? Não fala assim na cara dura, mas sugestivamente afirma “... o campesinato das comunidades ... e os operários que foram reconvertidos à atividade agrária, .... ocupam o centro do processo político”.

Rath diz que o “POR elaborou há muito tempo a «tese» da «inviabilidade da democracia burguesa» na Bolívia, dando as costas aos processos políticos eleitorais em qualquer circunstância em nome da imediata «ditadura do proletariado»”. O que entendemos desse parágrafo é que Rath não está de acordo com esta «tese»,

considerando que pode ser viável a democracia burguesa num país atrasado, revisando assim outro conceito essencial.

Os parágrafos onde afirma que o POR considera que existe democracia burguesa na Bolívia desqualificam ao próprio Rath que se destaca como um soberano ignorante. Qualquer um que minimamente conhece as posições poristas sabe qual é a posição sobre este ponto.

O POR participou dos processos eleitorais bolivianos quando considerou que correspondia fazê-lo. O POR como partido marxista-leninista-trotskista faz propaganda todo o tempo da estratégia da ditadura do proletariado, (a qualificação imediata é um agregado grotesco de Rath). Em compensação o PO não faz propaganda da estratégia proletária, nunca, muito menos na campanha eleitoral, uma atividade eminentemente de propaganda política, outro conceito essencial perdido pelo PO.

Lamentavelmente estas são experiências desastrosas, e muito raras para a classe operária. A experiência da Frente Popular no Chile com Allende e a infinidade de terceiras vias que na verdade só habilitam o caminho da direita.

E isto é o que está se passando na Bolívia. A direita se arma e se organiza, arrastando parte da população que se encontra em meio a uma situação que beira a “guerra civil”.

O POR boliviano não tem uma política ultimativista, o POR boliviano sustenta que não existam terceiras vias para o socialismo, luta pela revolução proletária.

Rath se queixa porque “a esquerda renunciou a criticar o fracasso do POR como partido revolucionário da classe operária”, certamente a esquerda reformista, como a que ele representa, tão exitosa, não pode criticar ninguém pelas consignas nem pelas contribuições ao programa da revolução na Bolívia. Pois qual contribuição deram os autamiristas à teoria da revolução na Argentina? Como foi sua campanha pela Assembléia Constituinte na Argentina, que foi colocada umas poucas vezes como consigna política democrática central e pouco tempo depois desaparece sem deixar rastros em seus materiais, para voltar alguma outra vez numa palestra para logo depois voltar a desaparecer. Qual é o balanço desse seu eleitoralismo?

Nós gostaríamos de conhecer, se é que houve uma autocrítica pública por parte do PO a sua política de apoio a Evo. Se foi revisada profundamente a linha seria conveniente mostrar porque de semelhante desvio.

(Extraído do Masas Argentino nº 112, de Dezembro de 2007)

## As Históricas Jornadas de 19 e 20 de Dezembro, 6 anos depois

O Que dizíamos em 27 de dezembro de 2001?

Em primeiro lugar, as jornadas de 19 e 20 foram um estouro popular que não foi produto da convocação de nenhum partido patronal, nem da burocracia sindical.

Os protagonistas da rebelião foram a classe operária desempregada e os setores mais golpeados pela política do regime. Importantes setores da classe média se mobilizaram na Praça de Maio; com o pannelo, se quebrou o estado de sítio ditado na noite do dia 19.

A luta pela ocupação da Praça de Maio mostrou o caráter político do movimento, o que estava em jogo era uma luta pelo poder.

A explosão dos dias 19 e 20 aparecem como a expressão do processo de luta do funcionalismo estatal, dos bloqueios de rua e mobilizações, cada vez mais radicalizados, dos movimentos piqueteiros. Na eleição anterior, se antecipava o descrédito nas instituições democráticas burguesas, com uma alta porcentagem de

votos brancos, nulos e de protesto, destacando-se o alto grau de abstencionismo etc.

A mobilização de 19 e 20 também é produto da resistência dos trabalhadores à aplicação dos planos imperialistas, (flexibilização do trabalho, redução salarial, etc.).

Nenhum dos partidos de esquerda pôde se transformar em direção do movimento.

A política de De la Rúa aprofundou o papel de semicolônia da Argentina.

Existia uma super-concentração dos poderes no Ministro Cavallo, através dos “super-poderes”, que deixavam a nu, ante a população, a incapacidade da burguesia nacional de levar adiante uma democracia burguesa ao estilo dos países desenvolvidos.

As eleições só buscavam legitimar os mesmos politiquês que já haviam sido questionados. As massas buscavam concretizar o “que se fossem todos”, sem que isto significasse que pudessem dar

uma saída ao impasse.

A esquerda levantou a proposta de uma Assembléia Constituinte com todas as variantes (é uma instituição da burguesia). Quem defendia essa política só tentava recompor as ilusões democráticas, não entendiam que o movimento das massas se orientava em outro sentido.

As massas estavam percorrendo um caminho de desilusão com as instituições burguesas, apoiadas na ação direta. Buscando pôr em pé inúmeras assembleias de bairros, que procuravam se organizar de forma independente do Estado.

Nem a Constituinte, nem a aliança com um setor da burguesia, poderiam ser uma saída para a classe operária e a maioria oprimida.

O papel da burocracia da CGT e da CTA foi o de frear o levante, e apoiar qualquer figura (como a de Rodríguez Saá), para recompor as instituições burguesas, que haviam explodido.

Que modificações ocorreram a partir de então?

Foi colocada em marcha uma política, a partir do Estado, de institucionalização dos movimentos piqueteiros e desmantelamento/isolamento daqueles que enfrentaram o governo.

Uma política que buscou a recomposição das ilusões das massas nas instituições burguesas, afirmando que o governo resolveria todas as reivindicações populares.

Colocaram muita ênfase em reconstruir a imagem desacreditada da Justiça, com a mudança da super-corrupta Corte Suprema e através da política de defesa dos Direitos Humanos, cooptando as organizações de Direitos Humanos mais conhecidas, colocando na cadeia Maria Julia etc.

Neste processo, verificamos uma adaptação cada vez mais forte à democracia burguesa, da parte dos partidos de esquerda.

Atualmente, em lugar de serem os desempregados os que saem às ruas, o protagonismo passou aos trabalhadores estatais, gerando crises nos governos com suas lutas radicalizadas.

O grau de exploração capitalista se aprofundou, as jornadas de trabalho são mais intensas, quase 50% dos postos de trabalho são precarizados, informais.

As Frentes de Trabalho foram institucionalizadas e se as utilizam como mão-de-obra do Estado, por exemplo, para garantir tarefas de limpeza.

Nenhum dos partidos patronais, que historicamente tinham penetração de massas, pôde se recompor, somado à sua incapacidade de mobilizar espontaneamente.

O que se mantém?

Mantém-se e se aprofunda o grau de desnacionalização da terra e da economia argentina; o pagamento da dívida externa, a perseguição aos lutadores (com o agravante da lei anti-terrorista), destruição dos recursos naturais (soja e desertos verdes para abastecer as fábricas de papel, desertificação de terras de pastoreio e das cultiváveis).

Os subsídios milionários para as empresas privatizadas e para as privadas.

A prática de fazerem leis que garantam juridicamente as multinacionais...

A política de privatização de novas áreas do trabalho social (educação, saúde).

A prática da fuga de milionárias somas ao exterior por parte de Bancos, empresas, privatizadas, pela via de pagamentos de royalties, dividendos e outras coisas mais.

O subsídio da produção para a exportação, que dá lucros milionários para as empresas e nenhum benefício para a Nação.

A desvalorização do salário, a fome e a desnutrição.

O problema da moradia continua sendo estrutural, um setor das massas já não espera que o governo lhes solucione o problema da terra, e começa a tomá-la.

Qual é a tarefa?

Não se pode negar que a tendência para a ação direta das massas, os instintos de revolta, seguem se aprofundando. Nos últimos tempos, temos visto isto nas grandes greves protagonizadas pelos trabalhadores estatais, como em Neuquén e Santa Cruz (professores, trabalhadores da saúde), as reações da população frente ao atraso do transporte, os bloqueios de estrada contra as fábricas de papel, as mobilizações dos trabalhadores ligados à produção pesqueira, os petroleiros, os trabalhadores no setor de serviços etc.

Tudo isto nos indica que é muito provável que possa se produzir um novo estouro social. Sem dúvida, existe uma questão que continua pendente, que é a questão da organização e da direção das massas.

Devemos expulsar a burocracia de nossos sindicatos e organizações, com todos os métodos ao nosso alcance, para romper com seu pacto social.

A vanguarda deve rechaçar qualquer tentativa por parte da burocracia e da burguesia que procure recompor as ilusões democráticas na população. Por exemplo, a proposta de Constituinte Social que está sendo impulsionada pela CTA (Central dos Trabalhadores Argentinos).

Devemos unificar os trabalhadores, as massas, tendo como base uma única pauta de reivindicações e um plano de luta unificado, superando as lutas setoriais e transformando-as em uma ampla mobilização política das massas contra o regime capitalista e seus governos.

Está mais vigente do que nunca o Programa de Transição e suas consignas, que se ligam cada vez mais com a necessidade das massas, e pôr a nu a putrefação do regime burguês.

A tarefa da vanguarda é levantar as consignas transitórias, para ajudar a transformar as lutas reivindicatórias em luta aberta pela conquista do poder pela classe operária.

Em nosso país, de desenvolvimento capitalista atrasado, semi-colônia, com uma burguesia parasitária dominada completamente pela burguesia imperialista, se mesclam as reivindicações mais elementares da classe operária (como salário e pleno emprego) com consignas democrático-burguesas, antiimperialistas, e com as reivindicações de setores empobrecidos do campo e a cidade.

A tarefa dos revolucionários é tomar para si a luta dos camponeses empobrecidos e dos setores médios oprimidos (não ignorá-los como faz um setor da esquerda que propõe a formação de uma Frente Única Proletária, como se a Argentina fosse igual à França).

A forma de concretizar esta tarefa é através da Frente Única Antiimperialista. Isto é, a classe operária dirigindo as massas empobrecidas do campo e a cidade, sob seu programa e direção política.

Para que a classe operária possa jogar este papel necessita tornar-se independente politicamente, construir seu próprio partido, o partido que expresse sua estratégia revolucionária, o partido operário revolucionário. Não conglomerados sob formas de frentes ou de partidos que só querem ganhar mais votos.

A crise de 2001 não foi encerrada, apesar dos esforços da burguesia em reconstruir as ilusões democráticas, desmobilizando, dividindo, confundindo os lutadores.

(Extraído do Massas Argentino nº 112, de Dezembro de 2007)